



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM  
GESTÃO EDUCACIONAL A DISTÂNCIA**

**GESTÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS NA  
ABORDAGEM DAS QUESTÕES DE VIOLÊNCIA NAS  
ESCOLAS**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Neuma Marques Lima**

**Fortaleza, CE, Brasil  
2011**

# **GESTÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS NA ABORDAGEM DAS QUESTÕES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

**Neuma Marques Lima**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, área de Conhecimento em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional**.

**Orientador: Prof. Dr. Celso Ilgo Henz**

**Fortaleza, CE, Brasil  
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Especialização em Gestão Educacional a Distância**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a  
Monografia de Especialização

**GESTÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS NA ABORDAGEM DAS  
QUESTÕES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

Elaborada por  
**Neuma Marques Lima**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Celso Ilgo Henz, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

---

**Hugo Antonio Fontana, Dr. (UFSM)**

---

**Lorena Inês Peterini Marquezan, Ms. (UFSM)**

**Fortaleza, 16 de setembro de 2011.**

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, a Mãe Santíssima e a Santíssima Trindade, com muito amor, a minha mãe e ao meu filho e, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que eu obtivesse esse mérito grandioso, que com muito sacrifício concluo, porém revestida de muita alegria e a certeza da conquista e dever cumprido.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus de todo meu coração, pela saúde, força, sabedoria, discernimento e, por todas as vezes que tropecei e Ele me levantou. Só Deus tem o poder de nos dar tudo que é necessário para alcançarmos nossos objetivos e de realizar nossos sonhos. Somente Deus tem o poder de nos conceder todas às vitórias!

A minha mãe, ao meu filho e a todos que ao longo da trajetória desejaram-me, boa sorte e sucesso.

A todos os professores que contribuíram com o nosso crescimento educacional, ensinando-nos, através do sistema online com muita dedicação e, especialmente, aos que nos orientaram na reta final de nosso curso. Meus agradecimentos a todos que desempenham o serviço técnico – os que estão por traz do sistema tecnológico que possibilitam o pleno funcionamento das ferramentas para o ensino a distância.

“(...) Tudo é possível àquele que crê.

Eu vou levantar agora a bandeira da vitória,  
Ninguém pode me impedir, chegou a minha hora.”

(Se Deus é Meu Deus, Cristina Mel)

## **RESUMO**

Monografia de Especialização  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **GESTÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS NA ABORDAGEM DAS QUESTÕES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

AUTORA: NEUMA MARQUES LIMA

ORIENTADOR: CELSO ILGO HENZ

Data e Local da Defesa: Fortaleza, 16 de setembro de 2011.

O estudo acerca do tema tem a finalidade de mostrar a dinâmica educacional pública, as questões de violência nas escolas, às ações do núcleo gestor ao enfrentamento do problema, a diferença socioeducacional no âmbito do Sistema Educacional Público, as ações públicas no combate e erradicação da violência e a participação dos pais como coautores do processo educacional dos filhos.

A pesquisa tem por base, as percepções dos alunos, corpo docente e a família que anunciam preocupação, medo e vontade de melhoria em amplo sentido, especialmente, nas diferenças existentes entre escolas do próprio Sistema Público de Educação, como também, desejam políticas públicas na solução dos problemas.

Outros fatores do meio educacional são enfatizados na voz dos docentes, como a falta de profissionais da área psicopedagógica que exercem função específica que podem contribuir significativamente no processo educacional, fazendo intervenções, diagnósticos para detectar e “tratar” os muitos casos que tomam corpo extenso por falta de acompanhamento adequado aos alunos no seio da escola e, projetos junto aos pais na perspectiva de conscientizá-los quanto à importância dos estudos dos filhos e acompanhamento no dia a dia escolar para melhorar o desempenho do aluno e a qualidade do ensino. Evidenciam-se instituições públicas diferenciadas, umas com ensino-aprendizagem qualitativo, outras com deficiência.

As abordagens dos temas são relevantes, visto que a problemática atinge a sociedade em geral e é assunto de alcance mundial esboçado na ampla literatura nacional e internacional especializada. É motivo de preocupação, especialmente, dos que compõem o quadro educacional: alunos, docentes, pais e funcionários.

**Palavras-chave:** Educação. Gestão Escolar. Violência Escolar.

## **ABSTRACT**

Monografia de Especialização  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional  
Universidade Federal de Santa Maria

### **GESTÃO ESCOLAR E AS ESTRATÉGIAS NA ABORDAGEM DAS QUESTÕES DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS**

(MANAGEMENT SCHOOL AND THE STRATEGIES ON THE APPROACH OF THE  
ISSUES OF THE VIOLENCE IN THE SCHOOLS)

**AUTHOR: NEUMA MARQUES LIMA**

**ADVISER: CELSO ILGO HENZ**

Data e Local da Defesa: Fortaleza, 16 de setembro de 2011.

The study about theme has the finality of to show the public educational dynamic, the questions of the violence on schools, the actions of manager core at confrontation with the problem, the difference educational-partner in the sphere of the Public Educational System, the actions public in the combat and eradication the of violence and the participation of the parents as co-authors of the educational process of the children's.

The search has by basis, the students' perception, teacher body and the family that announced preoccupation, fear and will the of improvement in sense broad, specially, in the differences existing between schools of own public education system, how too, wish public politics in the solutions of problems.

Other factors of the middle educational are emphasized in voice of teachers, how the fault of professionals the of area psychopedagogy who exercise specific function what can contribute significantly in educational process, doing interventions, diagnostics for detect and "to treat" the many cases that they take extensive body for lack of adequate accompaniment to students in the school's bosom and, projects together with parents in the perspective of awareness how much the importance of the studies of the sons and accompaniment in day to day of the school to improve the performance of student and the education quality. Evidencing up public institutions differentes, some ones with quality teaching-learning, others with deficiency.

The approaches of the themes are relevants, since the problematic reaches the society in general and is topic of the reach worldwide sketched in wide literature specialized national and international. Is motive of preoccupation, especially, of the you composing the frame educational: students, teacher, parents and employees.

**Keywords:** Education. School Management. School Violence.



## LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

<b>Apêndice A – Interação Informal</b> .....	<b>60</b>
<b>Apêndice B – Questionário aplicado em escolas Estaduais do Estado do Ceará</b> .....	<b>68</b>
<b>Apêndice C – Questionário aplicado em escolas Estaduais do Estado do Ceará</b> .....	<b>71</b>
<b>Anexo A – Diário Oficial da União</b> .....	<b>74</b>
<b>Anexo B – Termômetro de risco e proteção para o uso de drogas na rede social do adolescente</b> .....	<b>76</b>

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES</b> .....	08
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	15
<b>1 ESCOLA E SOCIEDADE</b> .....	15
<b>1.1 Família e Educação</b> .....	19
1.1.2 Pais e progressão educacional dos filhos .....	22
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	26
<b>2 GESTÃO EDUCACIONAL</b> .....	26
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	35
<b>3 VIOLÊNCIA ESCOLAR</b> .....	35
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	41
<b>4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA</b> .....	41
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	45
<b>5 ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	45
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	54
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	57
<b>APÊNDICES</b> .....	59
<b>ANEXOS</b> .....	73

## INTRODUÇÃO

A educação é a base para desenvolvimento dos sujeitos, transforma-os, ajudando-os a ir além de onde estão e lhes proporciona o que eles ainda não têm. A escola é e deve continuar sendo um agente modernizador, meio pelo qual o aluno se insere num novo mundo de ensino-aprendizagem. É uma transição evolutiva na construção do conhecimento: socialização, ciência, tecnologia, globalização, que abre horizontes fazendo com que os sujeitos adquiram novos aprendizados significativos e se qualifiquem para serem inseridos no seio social e no mercado de trabalho de forma democrática, inclusiva e igualitária. É a essa visão que o conceito de gestão está associado. É o fortalecimento da democracia no processo pedagógico, pela participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação, mediante seu compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos no desenvolvimento de ações que proporcionem o convívio harmonioso, o pleno aprendizado e eliminação dos problemas nas questões de violência tanto dentro como no entorno da escola.

Sabe-se que há diversos nomes para os atos de violência, dentre os quais o *Bullying*. Nesse sentido, a gestão tem papel relevante para desenvolver ações que diminuam ou excluam por completo os conflitos, as diferenças, seja às violências em suas diversas faces, como preconceitos raciais, socioeconômicos e culturais, como também criar condições que possibilitem a permanência e o devido ensino-aprendizado dos ditos “violentos”, ou popularmente “baderneiros” os maus comportados e até mesmo, os assistidos judicialmente. Todos os sujeitos com seus diversos problemas têm direitos e deveres. Estando estes no seio escolar, a gestão enquanto autoridade e dispendo de autonomia, desenvolve mecanismos que possibilitam a convivência harmoniosa entre educandos e educadores, criando meios que favoreçam o crescimento educacional, aceitação das diferenças e a inclusão social. Assim, o aluno é preparado para exercer suas funções sociais dentro dos princípios morais e éticos, com equidade, criticidade e igualdade de condições.

No papel de mediador e formador de cidadãos, a equipe diretiva em articulação com o corpo docente, família, funcionários e comunidade, têm grande responsabilidade, pois além de estar à frente de um grupo complexo, tem que seguir as diretrizes do Sistema Educacional que em seu contexto, desenvolve ações educacionais na perspectiva da sociedade em geral, ficando a cargo do gestor local, adequar à realidade dos que estão sob a sua liderança. Com isso, observam-se diversos acontecimentos relacionados às escolas que se diferenciam em ações relevantes, alcançando índices significativos de desenvolvimento educacional.

O discurso acerca da prática da gestão escolar e os problemas de violência dentro e no entorno da escola é fundamentado em pesquisas nos centros educacionais, como em vivências ao longo da carreira docente. Tudo que se busca conhecer é necessário em primeiro momento saber os caminhos que direcionam ao conhecimento para evitar distorções nas informações e para que sejam averiguados os fatos em sua íntegra, com levantamentos significativos sobre o tema, suas causas e consequências no desenvolvimento cognitivo do estudante, como também a função primordial do Núcleo Gestor, sua relevância para a educação e o perfil dos profissionais que compõem o quadro administrativo da escola.

O tema deste trabalho monográfico aborda as questões de violência dos alunos no contexto educacional. Inicialmente, julga-se necessário delinear os percursos históricos e as tendências atuais acerca da gestão, escolaridade e violência.

O campo da prática profissional, a reflexão teórico-metodológica e, as produções de conhecimento na área configuram um quadro complexo entre as questões sociais e a Educação em face das diferentes posições ideológicas, conceituais e práticas. A relação vem se aproximando com teorias, pesquisas e formas de intervenção que influenciam positivamente.

Os diálogos e debates têm avançado por meio de novos paradigmas e prismas que direcionam e redefinem formas mais dialéticas para a compreensão do desenvolvimento humano e da construção do conhecimento, quando ocorrem nos espaços educacionais. Assim, a relação entre Educação e violência vem refletindo, nas produções e atuações contemporâneas, uma interdependência entre processos psicológicos e educacionais, em um conjunto teórico de concepção histórica e social da constituição humana.

Inúmeros projetos e políticas públicas são desenvolvidos visando à capacitação de docentes da educação básica, para reforma e construção de escolas, para o incentivo a programas de recuperação da história escolar, favorecer alunos com defasagem idade-série e estimular à permanência da criança na escola e na formação de cidadãos conscientes e preparados para a sociedade, evitando assim, a violência. As demandas são muito diversificadas: os professores, nem sempre são preparados nas competências convocadas pela ação docente, fragilizam-se em sua prática profissional, expressando desilusão, apatia e desânimo. Os projetos sociais e as ações afirmativas de combate à exclusão, à discriminação, à violência e a defasagem do ensino-aprendizagem e os preconceitos clamam por ações institucionais articuladas, que busquem se concretizar nos espaços educacionais. Os processos de gestão exigem ações de desenvolvimento humano, infanto-juvenil e adulto que são

expressões dos processos de ensino e aprendizagem e dos contextos educativos. Todos são fundamentais e, se configuram em objeto de estudo.

O desafio que se coloca na atualidade é a consolidação de um perfil profissional comprometido com a educação, com um contínuo aperfeiçoamento pessoal e profissional, com escolhas teóricas e práticas que atribuam sentido e significado à atuação, com o desenvolvimento de competências e de posturas éticas que oportunizem crítica e lúcida compreensão do Sistema Educacional em suas dimensões político-sociais. Tal perfil profissional sustenta alternativas de intervenção e de pesquisas no enfrentamento ao cenário escolar de violência. O indivíduo em sua especificidade tem seus conflitos, *déficits* e perturbações psicológicas num contexto familiar, meio social e educacional. Cabendo ao sistema educacional por meio de seus agentes, oportunizarem situações educativas facilitadoras do ensino-aprendizagem qualitativo, igualitário e harmonioso.

O problema da violência escolar é notório e, motivo de preocupação social. Nesse contexto, busca-se verificar as questões de violência nas escolas e a ação do gestor no trato dessa questão como também, a percepção dos alunos em relação à violência e o processo educativo no âmbito da escola e de seus agentes.

O objetivo central deste trabalho foi conhecer o desenvolvimento educacional, a dinâmica do Núcleo Gestor, autonomia e diretrizes e, as ações do corpo docente e administrativo quanto à solução dos problemas de violência, da aquisição do saber dos educandos. Fazer paralelo das ações governamentais quanto ao ensino qualitativo e significativo de inclusão e desenvolvimento educacional e profissional.

Objetivou-se especificamente: 1 identificar as formas de violência no âmbito da escola; 2 observar as ações da equipe diretiva direcionando ao corpo docente no trato da violência na escola; 3 perceber as ações do Núcleo Gestor em articulação com corpo discente no trato da violência, suas causas e consequências; 4 sondar a existência de trabalhos educativos nos diferentes planos da escola no trato a violência; 5 perceber a satisfação dos pais e dos alunos no trato das questões de violência e qualidade educacional em relação a escola; 6 verificar a percepção dos alunos em relação a escola, violência, projetos de desenvolvimento educativo e ação do gestor no trato dessas questões; 7 fazer levantamento das questões abordadas no contexto socioeducativo de prevenção à violência, qualidade educacional e, sondar a satisfação dos alunos referente a escola e a dinâmica do desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Todos os dados foram produzidos através de observação, conversa informal, questionário e experiência própria vivenciada ao longo da carreira docente.

A pesquisa se justifica pela abordagem das questões de desenvolvimento educacional na abrangência da gestão escolar e as questões de violência. O interesse por esse tema é relevante ao conhecimento e aprofundamento da problemática que expressa altos índices de violência enquanto questões sociais no âmbito da escola e no entorno dessa, como também avaliar o real significado e proposta dos projetos e das políticas públicas frente à questão educacional, Núcleo Gestor, problemas socioeducacionais e os atos de violência escolar entre alunos e, alunos e professores.

A metodologia para o desenvolvimento da pesquisa configurou-se na observação participante. Na instituição de ensino, foi feito contato com o Núcleo Gestor para pedir autorização para o acesso às dependências da escola. No decorrer da pesquisa, as abordagens foram feitas com conversas informais, observações no ambiente educacional, tanto dentro, como no seu entorno. Observou-se a percepção do aluno quanto aos problemas acerca do tema, como também às ações dos dirigentes. Aplicou-se questionário na escola: alunos, pais, professores e, observações feitas ao longo da carreira docente. Foi feito estudo bibliográfico para fundamentação e compreensão da pesquisa. Foram analisados os problemas de violência, família, escola e a qualidade do ensino-aprendizagem, como também o direcionamento da gestão quanto à questão da violência escolar e, as ações desenvolvidas para amenizá-las. Mostrou-se empatia e confiabilidade para conhecer os sujeitos e as causas dos conflitos e, foi desenvolvido junto aos alunos, mecanismos de interação e questionamentos acerca do tema por meio de questionário, conversa informal no horário de intervalo, na saída da escola e, durante uma aula de história, contextualizando um tema acerca de conflitos sociais. No contato feito com algumas famílias, foi utilizado questionário, interação informal para conhecer a percepção deles referente à escola, ensino-aprendizagem e, o grau de gravidade na concepção destes quanto à qualidade da educação e, os atos de violência, fazendo paralelo com o Índice de Desenvolvimento da Escola junto ao IDEB e a realidade da aquisição do saber referente à qualidade do ensino, como também, buscou-se conhecer o perfil do gestor suas ações e o grau de responsabilidade e autonomia na administração escolar. Pesquisas em Obras Literárias e Sites para aprofundamento, complemento e fundamentação teórica das questões abordadas.

A fundamentação teórica embasa-se em Obras e Sites Oficiais, em especial nas concepções teóricas dos autores: Abramovay e Rua (2002); Demo (2002), com outras obras dos autores citados. Eles defendem os temas polêmicos do complexo sistema educacional e as ações administrativas do núcleo gestor na busca do desenvolvimento educacional e a problemática da violência escolar, enfocando os sujeitos que a compõe no contexto

sociocultural. Outros autores com igual relevância e sites foram utilizados para o enriquecimento bibliográfico. O acervo pesquisado esclarece e fornece elementos para conhecer e lidar com os problemas educacionais referentes aos conflitos sociais e de violência escolar. Tem como objetivo contribuir para melhorar o processo educacional, com todas as vantagens que isso implica para o desenvolvimento intelectual e sociocultural, afetivo e social dos alunos. Além destes, Ministério da Educação (MEC); Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Programa Nacional da Educação (PNE) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Todos com igual relevância para o desenvolvimento e fundamentação da pesquisa.

A pesquisa foi organizada em capítulos na perspectiva de mostrar ao leitor no âmbito da escola, as questões de violência, as características das instituições, as estratégias adotadas pelo Núcleo Gestor na prevenção e combate a violência escolar, as percepções e concepções dos atores da Gestão Escolar: corpo docente, alunos, pais e funcionários.

No decorrer dos capítulos, estão descrito as percepções dos alunos, do corpo docente, funcionários e dos pais sobre a violência nas escolas suas causas e consequências, avaliando o impacto sobre o ensino-aprendizagem, identificando outros fatores como evasão, qualidade do ensino, diferenças entre instituições públicas, perfil das famílias e dos alunos do Sistema Público de Educação em diferentes escolas, como também, os mecanismos adotados para prevenção, redução e eliminação dos problemas.

# CAPÍTULO 1

## 1 ESCOLA E SOCIEDADE

A escola, por ter sua estrutura formada por humanos, torna-se um agente de transformação dos sujeitos para a cidadania e qualificação para o mercado de trabalho. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo III, Seção I, Art. 205.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Na perspectiva de direitos e deveres, observa-se algumas dicotomias no âmbito da escola e da sociedade. Enquanto promoção, incentivo e colaboração, percebem-se através dos estudos acerca do assunto, que há casos de omissão, visto que os sujeitos em sua totalidade se diferenciam em aquisição do saber, vida socioeconômica, cultural e desejos pessoais, nesse contexto, de acordo com declarações obtidas dos próprios alunos e dos pais, alguns têm o desejo de ingressarem numa instituição que lhes proporcionem maior desenvolvimento educacional, especialmente, em escolas particulares, pois acreditam que estas sejam melhores em todos os aspectos, principalmente na questão de violência, dizem que os casos mais sérios concentram-se nas escolas públicas, por serem centros de “misturas” socioculturais, ou seja, na escola pública, tem o aluno proveniente de famílias desestruturada, com problemas judiciais e, os que vivem nos padrões de conduta social adequada, com suas famílias bem estruturadas estão submetidos a essa realidade social por conta do poder aquisitivo. Dialogando com Tiba (2005), a educação vai além do senso comum.

Não basta oferecer ao filho uma boa escola, modernos cursos extracurriculares, alimentação de qualidade e os melhores cuidados médicos, porque a educação é um projeto que requer foco e estratégias de ação, para atingir o objetivo pretendido. [...] (TIBA, 2005, P.153)

A percepção dos pais e alunos tende a ser equivocada quanto à questão educacional relacionada à escola, ao ensino e poder aquisitivo. Nesse contexto, atribuem culpas a escola e a sociedade, na tentativa de fuga de sua situação socioeconômica desfavorável e, da falta de estrutura familiar. Assim, alegam que a sociedade não se importa com os menos favorecidos, que a instituição pública trata a todos como se fosse igual no tocante a singularidade, pois,



cada um tem sua especificidade e, a sociedade é indiferente aos carentes, aos que não têm condições de pagar boas escolas, ignoram os filhos dos pobres, as escolas particulares só aceitam alunos que possam pagar, não há facilidade nem meios para que os pais coloquem seus filhos em escolas melhores, o dinheiro vem sempre em primeiro lugar. Nesse enredo socioeducacional, de amor, injustiça, desejo e possibilidades, Cury (2003) dialoga quanto à escola dos sonhos.

A escola dos meus sonhos une a seriedade de um executivo à alegria de um palhaço, a força da lógica à singeleza do amor. Na escola dos meus sonhos cada criança é uma jóia única no teatro da existência, mais importante que todo o dinheiro do mundo. Nela, os professores e os alunos escrevem uma belíssima história, são jardineiros que fazem da sala de aula um canteiro de sonhos. (CURY, 2003, p.155)

Entende-se que a escola pública na visão dos familiares e até de alguns alunos está longe de proporcionar educação de qualidade, diante das questões abordadas, a maioria gostaria de estudar numa instituição de ensino particular. O fato é que tem muita gente dependendo da escola pública por falta de opção socioeconômica. Submetem-se ao único meio possível para dar educação a seus filhos.

No período das pesquisas observou-se o desinteresse de muitos alunos pelo ensino-aprendizado. Fazem qualquer coisa para sair da sala de aula, ficando nos corredores do colégio, tumultuando outras salas e, muitos fugindo no horário do intervalo, pulando muros, subindo em telhados para poder fugir da escola. Situação esta que leva o núcleo gestor a estar sempre em alerta.

Na escola professor Paulo, localizada no bairro considerado de baixo risco na cidade de Fortaleza – Ceará. Há índices elevados de alunos “problemáticos”, eles costumam desrespeitar professores, colegas e até membros da diretoria, tendo suas famílias, frequência constante na escola por convocação da Diretora. Alguns pais dizem não ter mais domínio sobre o filho que não sabem mais o que fazer e que a escola tem a obrigação de deixá-los estudar, ou seja, de mantê-los e, alegam não ter tempo de estarem no colégio todo dia. Estas são algumas das diversas situações presenciadas junto ao núcleo gestor e no ambiente escolar.

As percepções acerca das questões relatadas denotam a complexidade do meio social no qual estão inseridos os alunos. As diferenças entre as famílias de educandos da escola pública são significativas, contudo, na sua maioria, têm estruturas familiares comuns no tocante ao conceito de família, escola, educação, responsabilidade, vida socioeconômica e cultural.

A sociedade, frente à questão de educação dos menores: criança e adolescente, sempre cobra mais da mãe do que do pai, mesmo na atual conjuntura, onde a mulher assume papel relevante na vida econômica. A maioria tem que trabalhar para sustentar os filhos, a mãe, fica a maior parte do tempo longe do lar, não pode acompanhar o desenvolvimento socioeducacional dos filhos e, muitas se culpam por isso.

A mãe com tantas atividades simultâneas historicamente foi e ainda é uma polivalente contumaz. É um sofisticado estilo de onipotência e onipresença que a sacrifica. Mesmo trabalhando fora de casa, ela ainda se sente culpada por não estar com os filhos. (TIBA, 2005, p. 186)

Diante das percepções, a maioria das mães é o ser que protege, cuida sofre pelos filhos e sente as dores deles. Os papéis continuam definidos como no princípio dos tempos, ela se doa, ultrapassa as barreiras do cansaço para dar o melhor de si aos filhos, proporcionando a eles desde a gestação, bem estar, crescimento saudável e desenvolvimento cognitivo para vê-los inseridos no seio social com muita dignidade. A mãe independentemente de sua condição socioeconômica e educacional, deseja que seus filhos sejam “gente”, sejam cidadãos responsáveis, honestos, trabalhadores e cultos, alcancem altos cargos e salários, assim se realizam através dos filhos.

A vida é o movimento do amor e das negociações [...] inteligência, criatividade e religiosidade incluíram o amor nas trocas [...] a civilização é formada por famílias [...] a família é o berço do bebê, a escola da criança e a vida do adulto. É da família que o bebê recebe afeto e forma auto-estima. A troca é da biologia, o amor, da família e a negociação, do social... Assim, o amor é o oxigênio da humanidade! (TIBA, 2005, P. 165)

As perspectivas traçadas pelas famílias para com os filhos, de um modo geral, baseiam-se em seus históricos de vida, muitas vezes frustradas pela inconseqüência da adolescência ou por falta de oportunidade e capacitação técnica profissional, levando-as a enxergarem nos estudos dos filhos, a principal ferramenta para o desenvolvimento educacional e progressão social e econômica, além da garantia de que é na escola que o ser humano se educa, sendo esta o centro de toda educação necessária aos jovens. Conceito que algumas famílias concebem erroneamente, deixando nos “ombros da educação” as responsabilidades que lhes são naturais e obrigatórias. De acordo com O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas (PDE), a educação exige esforço em amplo contexto social.

[...] A educação formal pública é a cota de responsabilidade do Estado nesse esforço social mais amplo, que não se desenrola apenas na escola pública, mas tem lugar na família, na comunidade e em toda forma de interação na qual os indivíduos tomam parte, especialmente no trabalho. [...] (MEC, 2007, p.5)

Assim, a família tem sua cota de responsabilidade significativa na formação educacional dos filhos.

A família tem inúmeros deveres, contudo, existem vários tipos de famílias, todas com fundamental responsabilidade quanto à formação e educação dos filhos. A sociedade cobra dos pais, os erros dos filhos, porque é com a família que se aprende o significado do amor, respeito, solidariedade, comportamento ético e moral. São sentimentos e ações que estão na base da formação familiar. Mas a sociedade é formada por indivíduos complexos que tem suas percepções de mundo de acordo com seu meio cultural, socioeconômico e educacional.

Os pais é quem orienta e mostra que na vida existem muitos caminhos, instrui o indivíduo a caminhar sozinho e, a repensar as decisões que se pretende tomar. No contexto da escola, família e sociedade, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Capítulo VII, Art. 227, Emenda Constitucional nº 65 de 2010, a família, a sociedade e o Estado, tem o dever de assegurar a formação e orientação das crianças, adolescente e dos jovens.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Frente à questão da família e educação, pode-se dizer que é nos pais que os filhos se espelham para formar sua própria família, que pode ou não ser repleta de amor e intenso respeito. Eles aprendem com seus pais, e transmite às gerações futuras, criando um círculo contínuo de ensino-aprendizagem com base nas próprias vivências.

A infância funciona como uma socialização familiar e comunitária, em que as crianças aprende os valores, sendo alfabetizada e praticando noções de convivência com as pessoas e os conhecidos. Sua ida a escola é fundamental para sua socialização, um novo ambiente escolhido pelos pais no qual a criança se expande. [...] A adolescência é um período de desenvolvimento psicossocial, no qual se afasta da propria familia para se adentrar nos grupos sociais. Agora chegou a vez dos amigos de sua propria escolha. Elas adoram andar com seus semelhantes e ir para os locais de sua própria escolha. (TIBA, 2005, p. 34)

O amor dos pais para as crianças e adolescentes e, estar presente acompanhando o desenvolvimento e dando-lhes carinho, sabendo o que fazem e direcionando-os para o bem,

para as obrigações com seus estudos, participando de suas frustrações e conquistas é fundamental na educação dos alunos.

### **1.1 Família e Educação**

As questões sociais envolvendo família e educação são complexas. Na coleta de dados para conhecimento dessas questões, percebe-se a angústia das famílias frente às diferenças de ensino no próprio sistema de educação pública e as dificuldades de acesso ao ensino de qualidade. Sintetizando de forma análoga, tem-se um quadro distinto do sistema educacional público. Dessa forma e, de acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas (PDE), Ministério da Educação - MEC (2007, p.20).

[...] A percepção que se tinha anteriormente era de que nenhuma escola ou rede pública garantia o direito de aprender – um clichê injusto imposto à educação básica pública como um todo. A Prova Brasil revelou que isso não era verdade. Confirmou, sim, a existência de enormes desigualdades regionais, muitas vezes no interior do mesmo sistema. Mas, ao mesmo tempo, revelou boas práticas de escolas e redes de ensino que resultam em aprendizagem satisfatória. [...] (MEC, 2007, p. 20)

No foco dessa questão e, por ser um docente do sistema público de educação, tendo acesso facilitado a diferentes escolas, observam-se distintas instituições públicas com modelos metodológicos diferenciados, sendo também, os educandos diferenciados na condição socioeconômica, cultural e familiar. Nesse histórico, alguns exemplos podem ser esboçados como conhecimento prévio acerca do assunto.

Dentre os diversos acontecimentos que interferem na formação cognitiva e psicológica do aluno no seio da instituição de ensino e na vida pessoal dos indivíduos, estão os diversos modelos de famílias que são distintas, em percepção de mundo, compromisso com filhos e visão ideológica de uma “vida melhor”.

Todos que dependem do ensino público são considerados alunos da rede pública de ensino, no entanto, as diferenças são claras, o que diz a Lei – Constituição Brasileira de 1988. Título II capítulo I, Art. 5º. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, [...]”, não confere com a realidade. Numa hierarquia de baixo para cima, tem-se: escolas das áreas de risco, onde a maioria dos alunos é influenciada pelos outros que já são infratores, são rebeldes, acham-se “maiorais”, não respeitam colegas nem professores e cometem pequenos furtos dentro da escola. Esse, ao ser convocado a comparecer na escola acompanhado com os pais para uma conversa disciplinar, tem-se a impressão de que a coisa piora, pois os pais, quando aparecem, em sua maioria têm o seguinte discurso: *não sei mais o*

*que fazer, esse menino faz o que quer, não me respeita, sai e chega na hora que quer, o pai já disse que vai expulsar ele de casa.* (Informação verbal, Mãe). Esse discurso é corriqueiro, estas são famílias, em sua maioria, de extrema pobreza, moram em barracos e vivem de pequenos “bicos”, serviços esporádicos, pois não têm emprego, algumas, vivem na promiscuidade<sup>1</sup>, são pessoas sofridas e socialmente excluídas.

As escolas, em bairros mais evoluídos socialmente, costumam ter um público mais seletivo, não por escolha da escola – Núcleo Gestor, mas pelo próprio meio social no qual estão inseridas. São comunidades mais valorizadas economicamente, havendo uma seleção natural dos estudantes. Outro grupo são as escolas profissionalizantes com maior estrutura em todos os aspectos, onde os estudantes ficam período integral com alimentação balanceada e farta e, para estarem lá, passam por um processo seletivo, onde o pré-requisito é o ótimo rendimento escolar em seus históricos anteriores, bom comportamento e acompanhamento da família assiduamente.

As escolas de maior prestígio são as militares, estas gozam de altos privilégios, percebe-se que seus alunos, tendo em suas origens de ensino, o sistema público, têm melhores condições de ensino-aprendizagem e, portanto, maior qualificação socioeducacional, contudo, todos vivem dos recursos públicos. Mas para que estes estejam dentre os “privilegiados” passam por uma cuidadosa seleção, além de rigoroso ensino de formação militar. Seus professores são os mesmos das outras escolas públicas, mas as famílias estão presentes no cotidiano escolar, tendo até associação de pais, enfim, nestas, os alunos têm uma disciplina invejável e, eles, ao término do ensino médio, costumam estar entre os primeiros colocados em aprovações no vestibular das Universidades Públicas, que são consideradas as melhores e com concorrência elevada entre alunos de classe média alta.

Os alunos das escolas militares públicas, de modo geral, têm ensino qualitativo e progressivo, sendo estas a elevarem o índice de desenvolvimento da educação Básica do Estado do Ceará.

Os pais e as escolas se diferem dentro do mesmo sistema educacional de origem pública, o que denota as variáveis do sistema e a relevância da família na educação e formação dos filhos. Os pais exercem papel fundamental na orientação dos filhos, especialmente no que diz respeito à escola, sendo estas o centro de formação do sujeito para a cidadania, tem emergencialmente, a necessidade de ter os pais no convívio escolar para a

---

<sup>1</sup> Promiscuidade: agregado sem ordem nem distinção; misturado, confuso.

correta postura social dos educandos e assim, termos futuros cidadãos conscientes, críticos, solidários e preparados para as relações sociais de múltiplas culturas e o mercado de trabalho.

[...] há pais que, além da situação financeira desfavorável, são também muito ignorantes (em termos de conhecimento). [...] obriga o filho a trabalhar, mesmo que isso sacrifique os estudos. [...] o pai que tem autoridade é aquele que sabe se manter em sua posição, consegue respeito e, muitas vezes, admiração do próprio filho. A obediência acontece por respeito. Já os pais autoritários são aqueles que conseguem a obediência dos filhos por meio do medo e, muitas vezes, até mesmo da agressão. Esses são os pais que perpetuam a pobreza, pois, na maioria das vezes exigem que os filhos trabalhem, assumam parte da despesa da casa, impedindo assim que estes se preparem para que possam buscar um futuro mais promissor. Esses pais tolem qualquer possibilidade de crescimento dos filhos. [...] (TIBA, 2006, P.128)

A questão referente aos pais é complexa, não se pode generalizar, tampouco, atribuir culpas especificamente a família, pois a situação é controversa, há diversos contextos socioculturais no seio das famílias carentes e, até nas que não estão inclusa nesse patamar social, como também nas instituições escolares, contudo, o que se quer defender no histórico família-aluno é que a presença dos pais no cotidiano das escolas é fundamental para melhorar a qualidade do ensino em qualquer escola do sistema educacional, mas sabem-se que além da questão financeira, há a falta de conhecimento dos pais quanto à importância dos estudos e, como bem disse Tiba (2006) ao esboçar perfil referente aos pais, essas são características que interferem na educação e desenvolvimento cognitivo dos filhos.

É importante ressaltar que a escola pública tem alcançado significativo resultado socioeducacional e econômico, independentemente das instituições que se diferenciam. A educação tem proporcionado aos alunos, especialmente, aos mais carentes, maior conhecimento no aprendizado da leitura e escrita e, do raciocínio lógico matemático. Quanto aos que não conseguem permanecer na escola por conta do trabalho, seja por vontade própria ou por imposição dos pais, ainda assim, conseguem algum conhecimento, saem do completo analfabetismo. Observam-se nesse contexto, que mesmo tendo que trabalhar, o aluno consegue melhores condições econômicas, pois o fundamental ele adquiriu, que é o conhecimento da leitura e da escrita, deixou de ser analfabeto. Isso, por conta da abertura educacional em varias modalidades, permitindo aos que tiveram que sair da escola antes de completar o ensino básico, seja no fundamental ou no médio, condições de trabalho e, de continuar, em tempo oportuno, os estudos. O que de acordo com a percepção é um grande avanço socioeducacional.

### 1.1.2 Pais e progressão educacional dos filhos

Na percepção acerca da educação em âmbito geral, pode-se dizer que a escola é o segundo “berço” de educação e progressão para o ser humano, é nela que os pais, apesar dos diferentes conceitos acerca da instituição de ensino, depositam suas esperanças de um futuro promissor para seus filhos, é ela a porta de entrada para aquisição do saber técnico e científico, além da formação do sujeito para aceitação das diferenças e do harmonioso convívio social.

De acordo com as observações, a educação pública tem evoluído e proporcionado às famílias pobres condições de ver seus filhos recebendo educação e formação cidadã. Contudo, as deficiências no desenvolvimento cognitivo e dos problemas de indisciplina, ocorrem pela falta de acompanhamento de alguns pais, ou seja, tem-se a necessidade de ter a família dentro da escola, de estarem em perfeita sintonia.

A escola é uma instituição que ensina, que prepara para a vida no seio social, assim, pode-se dizer que a escola complementa a família e juntas tornam-se capazes de transformar ética e moralmente o jovem com problemas de comportamento e dificuldade no aprendizado. Estas não podem viver isoladas, uma depende da outra na formação dos estudantes, têm como objetivo maior, proporcionar o melhor futuro possível aos educandos e, automaticamente, cidadãos dignos e capazes de enfrentar com responsabilidade e respeito ao outro, as dificuldades que a vida lhes impulsiona. No entanto, com as devidas exceções, tem-se a impressão que os pais pobres, agem como se não tivessem nenhuma responsabilidade com o aprendizado dos filhos, ou que o importante é aprender a ler e escrever para sair do analfabetismo e que o ensino é de inteira responsabilidade só da escola, de obrigação dos professores, já que é um direito de todos à educação. Referente aos pais, de acordo com Saviane (2008), tem-se um quadro peculiar.

[...]. Os pais das crianças pobres têm uma consciência muito clara de que a aprendizagem implica a aquisição de conteúdos mais ricos, têm uma consciência muito clara de que a aquisição desse conteúdos não se dá sem esforço, não se dá de modo espontâneo; conseqüentemente, têm uma consciência muito clara de que para se aprender é preciso disciplina e, em função disso, eles exigem mesmo dos professores a disciplina. É comum a gente encontrar esta reação nos pais das crianças das classes trabalhadoras: se meu filho não quer aprender, vocês têm que fazer com que ele queira. [...] (SAVIANE, 2008, p.40)

O contexto socioeducacional abordado, tem características que podem estar relacionada as diferenças sociais e ações democráticas nas escolas em geral. Saviane (2008, p.39), enfatiza as diferenças existentes entre o sistema educacional, ao dizer que “[...] em

relação à pedagogia nova, [...]. Essas experiências ficaram restritas a pequenos grupos, e nesse sentido elas se constituíram, em geral, em privilégios para os já privilegiados, legitimando as diferenças. [...]”. É o povo comum, carente, com ensino no método tradicional com ações que dizem ser democráticas, mas que evidenciam as diferenças em suas diversas faces.

Percebendo a gravidade desse assunto, entende-se que a maior diferença nos resultados do ensino-aprendizagem é a proximidade dos pais no cotidiano escolar dos filhos, no esforço diário na preparação da conduta e orientação contínua quanto as responsabilidades para com as tarefas escolares, conduzindo-os dentro das normas pré-estabelecidas pela sociedade em geral, fazendo-os repetir as regras necessárias ao bom convívio nas relações humanas e, especialmente, respeito aos colegas, professores e as diferenças, sejam sociais, étnicas e culturais. Nesse traçado de regras, direitos e deveres dos filhos, os professores, provavelmente, teriam maiores condições de desenvolver uma metodologia de ensino com maior eficácia, qualitativa e agradável, pois as “bagunças” e desrespeito rotineiro nos centros de educação teriam um índice menor, evitando assim, o prejuízo do aprendizado dos alunos que independentemente dos “bagunceiros”, têm uma base familiar boa, onde praticam a valorização dos estudos e respeito à família e, aos educadores. Infelizmente, são poucas as escolas que podem contar com a família, de ter uma aproximação maior com os pais, ou de tê-los ao menos, nas reuniões de pais, assim, os pais devem estar cada vez mais atentos aos filhos, ao que eles falam e fazem, as suas atitudes e comportamentos, apesar de ser difícil, a escola também precisa estar atenta.

Os jovens se comunicam de varias formas: através de sua ausência, de sua rebeldia, seu recolhimento, choro, silêncio. Outras vezes, grito, zanga por pouca coisa, fugas, notas baixas, mudanças na maneira de se vestir, nos gestos e atitudes.

Muitas vezes, através do comportamento, estão querendo dizer alguma coisa aos pais. E estes, na correria do dia a dia, nem prestam atenção àqueles pequenos detalhes.

[...]. Para criar personalidades saudáveis, é preciso considerar que cada filho tem necessidades diferenciadas. Cabe aos pais descobrir tais necessidades e também ensinar o filho a supri-las [...] (TIBA, 2006, p.179)

Por vezes, os jovens estão tentando pedir ajuda e, mesmo achando que o filho ultimamente está “meio estranho”, muitos pais consideram isso como normal, “coisa de adolescente”, vai passar, é só uma fase. Há que se observar estes sinais. Eles podem dizer muito sobre os problemas que precisam ser solucionados, como inadequação ambiental, dificuldades nas disciplinas, com os colegas, com os professores, e problemas de violência.



Cada passo representa uma possibilidade de varias soluções. [...] a construção da felicidade depende da capacidade de absorver a frustração, usufruir os ganhos e aprender com tudo isso. [...]. A cada desobediência que a criança comete, é preciso investigar o motivo. E não simplesmente rotulá-la de desobediente, jogando a avaliação de ontem sobre a atitude de hoje. (TIBA, 2006, p. 178)

É importante a parceria da família com a escola. Sua participação nas reuniões simples, onde os professores podem ter uma conversa franca com os pais, expondo-lhes o comportamento dos filhos no horário escolar, pode ser um caminho favorável ao bom desempenho cognitivo dos filhos, como também, maior controle sobre seus atos e comportamento dentro e fora da escola. Deixando que os pais fiquem a vontade para expor suas dores e dificuldades enfrentadas no dia a dia e, opinarem sobre todos os assuntos.

[...] Os pais agora têm que adotar um novo posicionamento educativo [...] agora o que o adolescente mais precisa é se preparar para a vida futura, fazendo o que sabe, ajudado pelo amor que exige. [...] É na adolescência que o filho lance-se ao mundo, e aos pais cabe torcer por ele e socorrê-lo quando preciso. Também é da responsabilidade educativa dos pais interferir quando algo não vai bem, sob pena de estar negligenciando a educação. (TIBA, 2005, p. 35)

A construção dessa parceria deveria partir dos professores com projetos que propiciasse condições mútuas de acompanhamento e prevenção aos diversos problemas dos alunos, especialmente, as questões de violência. A proximidade dos pais na escola é fundamental para que a família esteja cada vez mais preparada para ajudar seus filhos.

Para dar à educação o lugar central que lhe cabe na dinâmica social, convém, em primeiro lugar, salvaguardar a sua função de cadinho, combatendo todas as formas de exclusão. Há que conduzir, ou reconduzir, para o sistema educativo, todos os que dele andam afastados, ou que o abandonaram, porque o ensino prestado não se adaptava ao seu caso. Isto supõe a colaboração dos pais na definição do percurso escolar dos filhos e a ajuda às famílias mais pobres para que não considerem a escolarização dos seus filhos como um custo impossível de suportar. (DELORS, 1998, p.56-57)

Muitas famílias se sentem impotentes frente aos problemas causados pelos filhos e, ao serem informadas, não têm condições, ou não estão prontas, para solucionar adequadamente os diversos conflitos.

Diante das observações e como agente do ensino-aprendizagem, percebe-se que é necessário políticas públicas de conscientização das famílias quanto as suas responsabilidades com seus filhos dentro e fora das escolas. Eles precisam aprender e entender que a escola não pode fazer o papel dos pais, a escola apenas intermedia os estudos, o ensino-aprendizagem para inserção do sujeito no campo socioeconomico, cultural e profissional.

O papel de educar, moral, etica e religiosamente dentro dos principios sociais e cristãos é da família, os valores culturais é bagagem diária dos alunos e, isto são princípios

morais que podem ser mudados, mas que dependem exclusivamente da família quanto a seus sonhos de projetos de vida para com os filhos e da vontade destes de querer melhorar sua condição social, como também, a percepção de mundo.

Por outras palavras, a educação é, também, uma experiência social, em contato com a qual a criança aprende a descobrir-se a si mesma, desenvolve as relações com os outros, adquire bases no campo do conhecimento e do saber-fazer. Esta experiência deve iniciar-se antes da idade da escolaridade obrigatória, assumindo formas diferentes, conforme a situação, e nela devem estar implicadas as famílias e as comunidades de base. (DELORS, 1998, p. 22)

Os pais devem serem envolvidos no processo contínuo de formação e de aprendizagem de seus filhos. A sociedade que é formada por pessoas com diversos níveis de educação, vida econômica e cultural, não podem pagar pelos erros de alguns nesse complexo sistema social.

## CAPÍTULO 2

### 2 GESTÃO EDUCACIONAL

O docente que se dispõe a atuar como gestor, prioritariamente, tem que ser um agente de transformação diante do novo modelo socioeducacional presenciado na escola nos dias atuais. Para tanto, tem-se que observar os princípios fundamentais da educação na perspectiva de ações democráticas e participativas, assim, a educação é vista como um processo contínuo de socialização, aprendizado e cidadania nos princípios democráticos da sociedade. No âmbito dessa questão, dialogando com Dourado (2006), *Gestão da Educação Escolar*, a educação é entendida como um processo de inovação e apropriação de cultura.

A educação é aqui entendida como processo de criação, inovação e apropriação da cultura, historicamente produzida pelo homem. Dessa forma, a escola torna-se espaço privilegiado de produção e de transformação do saber sistematizado.  
As práticas e ações que a organizam devem ser eminentemente educativas, de forma a atingir os objetivos da instituição: formar sujeitos participativos, críticos e criativos. (DOURADO, 2006, P. 25)

Na atual conjuntura socioeducacional, há a necessidade crescente de adaptação frente às mudanças sócio-comportamentais dos alunos e, os programas e projetos desenvolvidos no sistema educacional que visam à qualidade do ensino e desenvolvimento cognitivo dos alunos, como também as questões de violência, um agravante no seio escolar. De acordo com Dourado (2006), do curso *Gestão da Educação Escolar*, MEC. Os projetos educacionais focados na transformação têm que envolver os diferentes sujeitos da escola.

O projeto de educação a ser desenvolvido nas escolas tem de considerar, portanto, os diferentes segmentos sociais que a compõem, bem como buscar a explicitação de sua identidade social, articulando-se com a realidade. Precisa prever ações com vistas à melhoria dos processos educativos, propiciando condições políticas e culturais para sistematizar e socializar os saberes produzidos pelos homens. Isso quer dizer que o projeto de uma unidade escolar, na perspectiva da transformação, tem como atitude e compromisso envolver os diferentes sujeitos que constroem o cotidiano da escola: funcionários, estudantes, professores, pais, equipe de direção e comunidade. Assim, a escola, no desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, constitui-se em um espaço de sociabilidade, possibilitando a construção e a socialização do conhecimento vivo, que se caracteriza enquanto processo em construção permanente e espaço de inserção dos indivíduos nas relações sociais. (DOURADO, 2006, p. 27 - 28)

É primordial aos líderes, identificarem em si mesmos, potenciais e habilidades para atuarem como protagonistas das transformações de um grupo complexo, onde alunos, pais, professores e funcionários compõem a estrutura de uma organização viva, onde os sujeitos

têm ação própria com suas diferenças socioculturais, gerando assim, dificuldades nas articulações para tomadas de decisão, necessária e emergente na solução dos problemas diversos. As atitudes democráticas e positivas podem influenciar no desempenho das competências em amplo contexto.

Paradoxalmente, a lei destaca o princípio da gestão democrática, já presente na Constituição de 1988 e cuja implantação só se concretiza se a gestão dos processos primar pela participação ativa de todos os atores e instituições intervenientes no processo educacional. É nesse espaço ambíguo que devemos pensar os limites e as possibilidades da democratização da escola, ou seja, entender a educação enquanto prática social constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas. Assim, compreender a importância de outros espaços de formação no interior da escola e neles buscar a construção de novos horizontes para a gestão da educação e da escola, envolvendo a comunidade local e escolar. Isso se tornou tarefa ímbar. Um dos primeiros elementos para essa construção implica identificar na legislação – Constituição Federal, LDB, Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais – os princípios que norteiam a gestão escolar. (DOURADO, 2006, p. 33)

Compreender a dinâmica da gestão, não é tarefa fácil, nesse organismo vivo que é a escola, é mais do que evidente os diversos fatores que acarretam desgaste físico e mental. Nas observações e acompanhamento das questões polêmicas envolvendo pais, alunos e professores, pode se perceber a árdua tarefa do gestor. Este vive sob a constante cobrança, vigilância e diretrizes educacionais.

A Secretaria de Educação do Estado quer resultados positivos nas avaliações que medem o índice de desenvolvimento da educação, apesar de serem feitas por amostragem, a escola não pode ficar abaixo do nível desejado e, alcançar o índice esperado diante da realidade dos educandos é um sonho que muitas vezes transforma-se em pesadelo.

*O Censo Escolar coleta anualmente informações sobre a educação básica, abrangendo todas as suas etapas/níveis (educação infantil, ensino fundamental e médio) e modalidades (ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos e educação profissional de nível técnico). É uma pesquisa declaratória respondida pelo (a) diretor (a) ou responsável de cada estabelecimento escolar. (DOURADO, 2006, p. 43, grifo do autor).*

Nas observações junto ao núcleo gestor, questionando o perfil da escola, a diretora declarou que estava com medo de não conseguir formar turmas para o Ensino Médio no próximo ano e que neste ano, as turmas diminuiriam em torno dos cinquenta por cento (50%) em relação ao ano anterior, que a pesar disso, as turmas do Fundamental II do 6º e 7º ano que só funciona pela manhã, este ano aumentaram o número de alunos, pois, muitas crianças vieram das escolas particulares, no entanto, a Secretaria está cobrando a falta de turmas no Ensino Médio dizendo que isso é um grave problema.

No tocante a evasão, essa é uma questão discutida junto aos Órgãos Superiores de Educação, visto que a problemática engloba vários fatores, dentre os quais, a necessidade que o adolescente tem de trabalho. Nesse contexto, o PDE (MEC, 2007) enfoca a questão, assim, entende-se que é uma causa de grave prejuízo aos alunos que precisam continuar estudando.

[...] São graves os dados relativos à aprendizagem, mas não se pode esquecer que são igualmente preocupantes as altas taxas de evasão e repetência. A divulgação, por escola, dos dados relativos ao desempenho médio dos alunos poderia ensejar um movimento de retenção, visando à melhoria do indicador de qualidade relativo ao desempenho, o que prejudicaria ainda mais o fluxo. A avaliação poderia, no limite, produzir efeitos contrários aos pretendidos. O PDE partiu do diagnóstico de que a “indústria da aprovação automática” é tão perniciosa quanto a “indústria da repetência”. Dessa preocupação nasceu a idéia de combinar os resultados de desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados de rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar) num único indicador de qualidade: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). [...] (DOURADO, 2006, p. 21, grifo do autor).

No foco da questão e, de acordo com as declarações da diretora, ela disse que está pedindo a colaboração de todos os professores na concretização dos projetos educacionais voltados ao Ensino Médio, na perspectiva de melhorar a qualidade do ensino e, de atrair alunos, visto que dentre os projetos estão às possibilidades de conquista do primeiro emprego, de cursos técnicos para qualificação profissional em parceria com algumas empresas, que oferecem por meio de seleção aos alunos da rede pública oportunidades de cursos e inserção no mercado de trabalho, com isso ganha à escola, alunos e os centros educacionais de formação técnica que aumentam sua clientela pagante através da divulgação entre alunos, pais, professores e escolas. É um sistema de cooperação mútua, válida, que vai incentivando o aluno a ir à busca de melhores condições para competir no mercado de trabalho.

Nessa escola, a situação é crítica, segundo a diretora, já foi pior. Na sua gestão, já houve muitas mudanças favoráveis que tem proporcionado satisfação às famílias, melhoria no ensino-aprendizado e diminuído o índice de violência interna entre alunos. Apesar dos problemas e desânimo em relação ao Ensino Médio, há muita esperança de se alcançar o desejado, especialmente, formar as turmas necessárias do Ensino Médio que funciona somente no período da tarde. As declarações da diretora em confronto com as dos alunos, professores, pais e funcionários, denotam situações preocupantes, da qualidade do ensino, do nível da clientela e dos conflitos existentes entre alunos, alunos e professores. Na coleta de dados, observou-se que muitos alunos são “expulsos” das salas de aula por mau comportamento, ficam quase todo o período sem fazer nada, nos corredores, no pátio, outros, tem histórico de agressão verbal para com professores e até mesmo, com o núcleo gestor, um aluno já morreu dentro da escola, segundo informações, caiu da escada que dá acesso ao

segundo (2º) piso, que já flagraram alunos usando drogas dentro da escola nas salas que ficam vazias e nos banheiros, os assistidos judicialmente costumam criar problemas confiando na sua menoridade e na obrigatoriedade que a escola tem de mantê-los na instituição por força de Lei. De acordo com a Constituição Brasileira. Título I. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente [...]

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

No contexto do perfil da escola, houve quem dissesse que melhorou muito, a pesar dos problemas existentes, contudo, observou-se que a escola sofreu perdas significativas, no tocante aos turnos de aulas, o turno da noite que existia acerca de 10 anos, completo e bem frequentado, nesse período foi caindo até que foi extinto, o turno da tarde está passando por um processo parecido, só o turno da manhã que está completo, inclusive, com excedentes de alunos por sala de aula, sendo motivo de reclamação dos professores que dizem ter mais alunos do que às salas comportam e não conseguem trabalhar com rendimento satisfatório, tendo em média 50 alunos por sala.

Compreender as mudanças é necessário para traçar estratégias de equilíbrio. As transformações ocorrem naturalmente na sociedade, com as pessoas e, por meio delas, quando estas não são favoráveis para condução do desenvolvimento do ser humano, acredita-se que metas devem ser traçadas para proporcionar qualidade de vida socioeducacional, econômica e cultural. Têm-se sempre a oportunidade de criar mecanismos que possibilitem o refazer e, nesse sentido, fazer a interligação da intenção e da ação, é o realizar do desejo para saborear a conquista, sentimentos que orientam e dão impulso para a existência e concretização dos objetivos planejados.

No tocante a mudança e sua relevância no contexto socioeducacional é importante ressaltar que o campo complexo da comunidade escolar é o ponto de partida para desenvolver a percepção de forma refinada, pois cada localidade tem suas especificidades e o público local tem que entrar em sintonia com as propostas e ações que tem que ser levada ao conhecimento destes pela pessoa que lidera de forma coesa a realidade e a partir desse encontro visualizar as possibilidades de mudanças positivas na perspectiva de inserir novas percepções e conceitos sempre tendo o cuidado de adequar os projetos e programas a realidade dos sujeitos que ao longo do processo vai se incorporando e causando significativa melhoria na escola como

também, em seu entorno, para tanto, o gestor e sua coordenação em conjunto com o corpo docente e funcionários tem que estar atentos aos mínimos detalhes que podem fazer as grandes diferenças. É comum, entre alguns dirigentes que assumem uma gestão educacional em períodos distintos em diferentes comunidades, quererem fazer uso dos mesmos mecanismos utilizados numa gestão anterior em localidade totalmente diversa. De acordo com o que foi observado, percebeu-se que o jogo político de permanência de gestão se configura na troca simultânea de dirigentes entre comunidades provocando erros contínuos na proposta de uma educação de qualidade. Nesse contexto, surgem vários problemas, especialmente com os alunos e suas famílias, as declarações na voz dos alunos são sempre de revolta. Um grupo de alunos da escola Ulisses, localizada numa comunidade considerada de baixo risco, quando da realização do evento de conclusão do Ensino Médio, a diretora recém-empossada no cargo, vindo de outra comunidade, onde também era diretora, declarou aos alunos em reunião no pátio, que só faria o evento se tivesse a proteção da polícia militar que deveria ficar de guarda dentro das dependências da escola como em seu entorno, os alunos se revoltaram e disseram que na gestão anterior tudo dava certo e que nunca precisou da polícia para assegurar a tranquilidade dos eventos, uma aluna, líder da turma e responsável pela arrecadação das cotas para compra de acessórios necessários para a festa de conclusão do Ensino Médio, disse:

É um absurdo, essa mulher pensa que aqui é o Pirambú, e se ela não conseguir que a polícia venha, vamos ficar sem festa, todo ano a Maria fazia as festa e nunca teve problema, agora ela saiu e veio essa louca que acha que todo mundo aqui é bandido, professora, aqui não é o Pirambú. (Declaração verbal, aluna)

A declaração acima mostra os equívocos que alguns diretores costumam cometer quando se deslocam de uma comunidade de alto risco para outra onde a realidade se difere significativamente, contudo, não se podem condenar determinadas atitudes, pois até que se conheça a comunidade na qual se passa a trabalhar, leva-se algum tempo e, além disso, o ser humano é passível de erros e acertos e, em se tratando do Bairro Pirambú na cidade de Fortaleza, Ceará, a situação é muito crítica, sendo um dos mais perigosos: assaltos, agressões, drogas e ameaças a professores é coisa corriqueira, a maioria dos colégios desse bairro fica com carência no quadro docente praticamente o ano letivo todo, sendo ocupado por professores temporários que não costumam aceitar novos contratos para o período letivo seguinte, tendo assim, alta rotatividade de professores. Uma professora declarou, por volta do mês de maio do corrente ano, que um aluno entrou na sala de aula armado e estava altamente drogado e que ela teve muito medo e, diante disso, ela ia sair de lá, infelizmente é uma realidade vivenciada por vários professores na comunidade do Pirambú. O foco dessa questão

é as ações do gestor, por isso a importância de se levantar dados que pode interferir negativamente causando desconfortos entre os que compõem o quadro educacional. A hierarquia em determinadas instituições se fazem presente de forma autoritária que é revestida de democrática. Se não tiver abertura, flexibilidade e compreensão das mudanças, a gestão torna-se repressiva, incoerente e retrógrada.

O núcleo gestor, referente ao quadro docente, é o centro do organismo institucional, é ele que comanda, determina e forma sua equipe de colaboração administrativa, tendo os demais que seguir as determinações, por mais que se tenha uma gestão democrática, cabe ao diretor a última palavra, o aval do que foi determinado, assim, as instituições se diferem em quase todos os aspectos, cabendo a estes responsabilidades que podem ser mal direcionada, mal interpretada tanto na escola quanto na Secretaria de Educação, portanto é um cargo que requer sapiência desprendimento e humildade para reconhecer os erros e aceitar orientações e sugestões do quadro funcional da escola, que permita a participação de todos, configurando-se numa verdadeira gestão democrática. De acordo com Gentile (2011), artigo da Revista Nova Escola, gestão escolar, abril 2011, o diretor comanda, articula ações e define sua equipe, contudo, falta esclarecimento.

O diretor é o líder nato da escola. É ele que responde pelas ações institucionais e pedagógicas desenvolvidas e pelos resultados obtidos. Contudo, para ter sucesso na gestão, ele não pode - e nem consegue - fazer tudo sozinho. É necessário que ele implemente um método de gerenciamento que permita a participação de todos, o aprendizado contínuo da equipe e uma boa e racional divisão de trabalho. Muitas secretarias de Educação prevêm, em seu regulamento interno, um tipo de organização básica para as escolas da rede - cujo número de integrantes da equipe gestora geralmente está atrelado ao de aluno. Contudo, mesmo entre as que sugerem organogramas, não há esclarecimento sobre as responsabilidades e as funções específicas que cada cargo deve ter. Isso pode causar muita confusão na rotina, fazendo com que imprevistos e problemas corriqueiros atrapalhem os processos de ensino e aprendizagem. (GENTILE, 2011, P. 87)

Os conceitos acerca do núcleo gestor, para quem está de fora, nem sempre condiz com o perfil administrativo da instituição, tanto pode ser negativo, quanto positivo e, nesse assunto há equívocos frequentes. O fato é que, criar condições que favoreçam a todos, não é fácil, até por conta da falta de abertura em muitas instituições entre núcleo gestor, corpo docente, alunos e família, por essa razão, tem-se urgência em mudar determinadas posturas arcaicas de alguns membros que estão à frente de uma organização viva repleta de sujeitos críticos, especialmente jovens com pleno seguimento evolutivo de transformação e autores de suas histórias.



A vida e o aprendizado constituem-se em processo de mudanças contínuas, dessa forma, a pessoa, antes de assumir determinadas funções ou adquirir novos conhecimentos e conceitos de mundo, traz consigo experiências que podem auxiliar nas novas técnicas nos vários campos do saber que viabiliza a construção de projetos para o alcance concreto de tudo que se deseja e acredita-se ser bom para o pleno convívio social e conquistas significativas no meio educacional e na sociedade em geral e, nesse contexto, o gestor deve estar apto às transformações emergentes.

As percepções acerca da ação do gestor educacional esclarecem e desfazem muitos mitos sobre o papel desempenhado por esse profissional, antes, acreditava-se que era o que menos trabalhava, pois não ficava diretamente com os alunos, além de usufruir do conforto de uma sala tranquila, confortável e com ar refrigerado, hoje, percebe-se a realidade que se contrapõe no complexo “mundo” escolar. Esse é o professor que na função de líder, tem o “dever” de praticar a autorreflexão, confiança, empatia, de ter atitude, fazendo da ação positiva, aliada no desenvolvimento ético profissional e educacional, é o que cria estímulos para transformar o meio, sendo capaz de rever processos frente à visão de futuro para construir alicerces bem estruturados no campo profissional, pessoal e, especialmente com os sujeitos que estão sob sua liderança.

[...], a escola surge como espaço de socialização para os jovens. É o lugar onde ocorrem aprendizagens significativas, já que o modo de vida dos sujeitos em interação no cenário escolar propicia trocas materiais e simbólicas. Os processos informativos e comunicativos mobilizam um amplo universo simbólico, estimulando configurações de sentido e significados que contribuem para a constituição da subjetividade e a construção das identidades. Sob essa perspectiva pode-se constatar que as escolas que se organizam a base de princípios democráticos e que constroem as regras a serem seguidas juntamente com os alunos, conseguem um maior comprometimento no que tange à sua observância. [...] (ABRAMOVAY; RUA, 2002, P. 188)

No período da pesquisa, junto ao núcleo gestor, foi feito comparativo das informações com os professores na tentativa de perceber com clareza o perfil da escola e, a visão do professor quanto à coordenação, como também dos projetos e medidas que poderiam contribuir para a qualidade do ensino, curiosamente, entre os professores abordou-se a questão acerca de profissionais essenciais a complementação do ensino-aprendizagem e comportamental dos alunos, que segundo a concepção dos professores ajudaria muito nos problemas corriqueiros, como nos casos em que os alunos ficam fora de sala de aula, esses alunos fazem questão de criar problemas com o objetivo de não assistir aulas e, especialmente, no diagnóstico dos problemas dos distúrbios de aprendizagem e das causas das agressividades junto aos alunos e as famílias, com intervenções psicopedagógicas. Esse

profissional seria o Psicopedagogo, que teria a função de diagnosticar os distúrbios da aprendizagem, como também, o comportamental.

Fazendo um estudo acerca desse profissional e, para entender sua relevância na educação e assim, intermediar às dificuldades na educação frente aos transtornos da aprendizagem, se fez necessário esboçar nesse capítulo um breve histórico acerca da Psicopedagogia e dificuldades do profissional Psicopedagogo. Apesar de sua relevância para a Educação, não são desenvolvidos projetos visando o desenvolvimento educacional dos alunos por intermédio desse profissional que compõe peça fundamental no quadro docente contribuindo com o índice de desenvolvimento educacional.

A questão abordada é relevante, visto que o psicopedagogo, no seio educacional poderia ajudar muito nos problemas dos distúrbios da aprendizagem e até nas causas de agressividade. O que se deseja é entender o porquê das indiferenças relacionadas a esse profissional e da inexistência desses nas escolas públicas, quando estas estão articulando projetos no foco do desenvolvimento educacional para alcançar as metas governamentais para elevação dos índices de aprendizagem dos alunos. No entanto, não existem nas escolas públicas, profissionais qualificados com real competência na área psicopedagógica para trabalhar os problemas de transtornos educacionais, para diagnosticar, acompanhar, “tratar” e, ou encaminhar para um tratamento específico na área clínica quando o problema alcançar maior complexidade e necessite de tratamento médico. Nesse contexto é importante ressaltar que esse profissional está presente no quadro do corpo docente de varias escolas particulares e também, em algumas instituições públicas municipais e escolas estaduais “privilegiadas” já citadas anteriormente, existindo inclusive, psicólogo educacional, realidade vivenciada no período das funções docentes nas citadas escolas.

De acordo com a declaração da professora, os professores das áreas específicas, a maioria, não têm qualificação técnica para fazer intervenção psicopedagógica em seus alunos, tampouco tem esse dever em sala de aula, cabendo essa intervenção clínica-pedagógica a um Psicopedagogo. O que se vê nas escolas da rede pública são professores, que se desdobram para dar o melhor de si, mas o Sistema quer resultados positivos nas avaliações da medição dos índices de qualidade na educação, deixando uma sobre carga nos ombros dos professores que trabalham suas disciplinas específicas por hora aula, sendo que estes têm que fazer “malabarismo” para estar em vários colégios e assim, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência digna, já que são estes, os profissionais com curso superior e com título de pós-graduado de quem se cobra resultado, apesar da péssima remuneração, comparada a outros

setores do Sistema Público. O professor de área específica, que em média, está no colégio dois dias na semana, não tem tempo para perceber os transtornos e traumas dos alunos.

A formação em Psicopedagogia não ocorre em nível de graduação, justificando o que foi dito anteriormente, quanto ao professor e sua atuação no processo de intervenção e diagnóstico dos problemas de aprendizagem, ou seja, não é da competência do professor de disciplinas específicas sem a devida qualificação técnica para desenvolver esse trabalho que é próprio do Psicopedagogo. De acordo com o Conselho Nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), São Paulo, 01 de setembro de 1997. ct. 33/97. Revisto pela Comissão de Divulgação do triênio 2002/04. São Paulo, 19 de agosto de 2002. As graduações não contemplam essa formação.

- Nenhuma das graduações existentes atualmente contempla a especificidade da formação deste profissional e nenhuma das graduações alcança a totalidade da dimensão do processo de aprendizagem.
- Em vista disto, a comunidade científica criou cursos de pós-graduação e especialização em Psicopedagogia para atender à demanda do mercado.

De acordo com o Conselho Nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp). A oficialização do que já existe de fato é através da regulamentação da profissão o que permitiria a normatização da formação.

- A formação do Psicopedagogo, no Brasil, vem ocorrendo em caráter regular e oficial, desde a década de setenta em instituições universitárias. Esta formação foi regulamentada pelo MEC em cursos de pós-graduação e especialização, com carga mínima de 360 horas, sendo que a maioria dos cursos são oferecidos com 720 horas ou mais. Atualmente existem cursos oficiais nos estados: Amazonas, Pará, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Distrito Federal, Sergipe, Pernambuco, Rio Grande do Norte.
- A clientela desses cursos é constituída por profissionais que buscam especializar-se no estudo do processo de ensino-aprendizagem, objetivando atuar nos seguintes campos: clínico, institucional (seja escola, hospital ou empresa) e pesquisa.

A questão é muito complexa e de difícil compreensão, enquanto se articulam melhorias para a educação no foco do aluno e o pleno desenvolvimento sócio-cognitivo desses, há de se pensar em outras fontes de ensino-aprendizagem que contribuam significativamente com o processo educativo, que somado aos esforços dos professores, verdadeiramente, se alcance valorização do ensino público e qualidade real no conhecimento adquirido.

## CAPÍTULO 3

### 3 VIOLÊNCIA ESCOLAR

As questões sociais de violência nas escolas são uma realidade que se configuram em escala nacional, com a qual os sujeitos em sua complexidade têm se deparado sem que possam encontrar soluções em curto prazo. Dialogando com Abramovay (2002), os dados são diversos.

Dados de diversos estudos, assim como as percepções coletadas em grupos focais na Pesquisa UNESCO, 2001, sugerem que, além da falta de oportunidades de trabalho e de alternativas de lazer, uma marca singular dos jovens, nestes tempos, é a sua vulnerabilidade à violência, o que se traduz na morte precoce de tantos. [...] O que ocorreria hoje mais que em nenhum outro período da idade moderna, exceto em circunstâncias de guerra civil ou entre países. Ou seja: a violência que mata e sangra seria marca dos tempos atuais e não peculiar de uma classe, a pobre, o que se destaca em pesquisa sobre juventude e violência em Brasília, entre jovens de classe média e alta, que também adverte para a propriedade de se considerar a juventude no plural [...] (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.44).

A região Nordeste comparada as demais regiões, onde o índice da violência é alarmante, comporta-se com maior harmonia no tocante a essa temática. Contudo, não deixa de ser preocupante, frente ao desenvolvimento tecnológico e o advento da globalização que abre espaço a todos os tipos de cultura e difusão das informações que tem contribuído para disseminar modelos de comportamentos que muitas vezes fogem dos padrões pré-estabelecidos dentro das culturas em localidades distintas. Nesse enredo social, as mídias com funções relevantes de divulgação de notícias, contribuem parcialmente para o conhecimento inerente as questões de violências nas escolas. Os casos ocorridos que não são considerados focos de notícias fica na obscuridade, o que proporciona falsa normalidade nos centros educacionais com alto índice de violência. Contudo, os casos que são divulgados em nível de Brasil, ajudam a tomadas de posição por parte das autoridades competentes e especialmente, do Sistema Educacional no enfrentamento à violência estudantil. Nesse foco, tem-se desenvolvido diversos projetos sociais de conscientização e valorização do ensino-aprendizagem como mecanismos de inclusão, interação e apaziguamento entre grupos rivais que se formam dentro, como fora da escola.

Os casos em nível de Brasil são terríveis ocasionando a morte de muitos jovens. O site do Jornal Diário do Nordeste – Ceará divulgou a notícia sobre a morte de um adolescente vítima de Bullying, em Porto alegre/RS, datado de 12/05/2010.

Um adolescente de 14 anos se entregou à polícia nesta quarta-feira (12), ao assumir o assassinato de Matheus Avragov Dalvit, de 15 anos. A vítima foi morta com um tiro no peito, quando descia de um ônibus na região onde morava com a família, na Vila Farrapos, bairro pobre de Porto Alegre e com forte presença do tráfico de drogas. Dalvit cursava a 6ª série do ensino fundamental. Segundo a mãe do menino, Tatiana Avragov, seu filho era vítima de bullying na instituição e a direção da escola estava ciente. (DIÁRIO DO NORDESTE, 12 mai 2010).

A violência das ruas encontra espaço dentro das escolas por meio de seus agentes inseridos no seio escolar, onde a divulgação das drogas, rebeldias, guerrilhas, depredação do patrimônio público, atos de violência contra os professores e equipe diretiva, além de atos de assédio sexual entre os estudantes, tem sido crescente na contemporaneidade. Estas questões se dão tanto em escolas públicas quanto em escolas particulares. Os acontecimentos, em sua maioria ficam sem divulgação na mídia, até mesmo para resguardar o nome das escolas, também por serem considerados como amenos frente a tantos de agravos significativos e é nesse conceito que as questões se alastram, pois os infratores, quando identificados, são punidos com advertência acompanhada de longos discursos pelos gestores e há casos de afastamento dos acusados, que de acordo com as declarações da diretora, se dará a Luz do Conselho da escola e, os de maior gravidade, do Conselho Tutelar. De modo geral, os casos considerados indisciplinas, não podem passar de cinco dias de afastamento de acordo com o regimento interno da escola. No tocante a essa questão, o Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo IV, das medidas socioeducativas, seção I. Art. 114, diz:

A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo único - A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria. (BRASIL, 1990)

Os fatores que elevam os casos são os mais diversos, que não se justificam, pois a vida e integridade física são direitos primordiais do ser humano. Testemunho pessoal vivenciado em sala de aula e no entorno da escola é desestimulante por mais que se ame a profissão. O núcleo gestor, muitas vezes teme a ação dos “maus estudantes”, fechando os olhos para os problemas de intrigas e pancadaria entre alunos fora dos muros da escola. Uma aluna de 16 anos, estudante do Colégio UV7 situado no bairro Conjunto Ceará em Fortaleza, Estado do Ceará, após muitas brigas entre ela e um grupo rival dentro da escola sofreu agressão física fora dos portões da escola, o que ocasionou a saída da menina, quase no final do ano letivo. O caso vinha sendo acompanhado pelo núcleo gestor que com diálogo socioeducativo, sempre deixava o caso por encerrado até que o fato aconteceu. A mãe da menina declarou:

Não vou dar parte na polícia porque quero proteger minha filha, mas me admira uma escola deixar marginais expulsar alunos que querem estudar, a senhora tem que fazer alguma coisa, hoje foi minha filha que apanhou, amanhã pode ser a senhora. (Informação verbal, Mãe).

Diante da indignação da mãe da menina, a Diretora ficou inerte, nós, professores que fomos convocados para falar sobre o comportamento da aluna, ficamos indignados com o ocorrido, sem nada podermos fazer.

O apedrejamento entre alunos fora dos portões das escolas é comum, especialmente em bairros de risco, em periferias com alto índice de criminalidade. Professores são roubados na entrada e saída das escolas, carros são riscados, pneus furados e arrombados diariamente, além dos que pulam os muros da escola para adentrarem com armas e drogas, muitos fugindo dos policiais quando há blitz ou denúncia de algum morador, colocando em risco a vida dos alunos, professores e todos que ali se encontram.

Existe, no universo escolar, infinitas possibilidades de socialização, conscientização e responsabilidades, contudo, é necessária a boa vontade de todos em prol da dignidade, humanização e solidariedade entre os que constituem o sistema de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, encontram-se os agentes principais que são alunos e o corpo docente, estes grupos entre si, costumam divergir no conceito do que pode ser ou não sinal de agressividade, onde em muitos casos, se agravam provocando até mesmo a morte de alguns deles.

O bullying é na atualidade um fato preocupante, contudo, em minhas vivências na escola, tenho percebido que muitos consideram o bullying uma brincadeira de criança. Um colega de profissão certa vez disse: “quem já não foi apelidado na infância e juventude?” quando em reunião alguns de nós questionávamos a gravidade dos apelidos, discriminação por conta do peso, cor, altura ou poder aquisitivo entre alunos.

Na tentativa de evitar a violência nas escolas, são inseridas câmeras, guardas, vigilantes, muitas contam com policiamento militar em seu entorno e o Estado está implantando a entrada eletrônica nas escolas públicas para evitar o acesso de pessoas estranhas, ou seja, é o meio para identificar os alunos logo na entrada do estabelecimento escolar, tudo em prol da segurança. Mas não se tem uma medida educacional preventiva, o que ocasiona o crescente índice da violência escolar. Segundo noticiário no portal Diário do Nordeste, diz que vigilante é baleado no colégio no bairro Pirambú, datado de 21/11/2009.

Ontem, a escola ficou fechada nos três turnos. O clima no local é de medo e insegurança para alunos e funcionários. [...] De acordo com testemunhas, os dois assaltantes estavam usando uniformes da escola no momento em que entraram e tentaram tomar a arma do vigilante Raimundo Nonato Teobaldo dos Santos [...] (DIÁRIO DO NORDESTE, 21 nov. 2009).

As causas podem estar relacionadas ao contexto da família. Muitos estudantes têm no seio familiar exemplos de maus tratos, abusos sexuais, discriminação e o convívio com as drogas, mesmo que indiretamente.

É importante ressaltar que pobreza não é sinônimo de vadiagem, maus modos, agressividade, criminalidade e muito menos centro de divulgação e consumo de drogas. Mas são os mais carentes, acabam como vítimas de um sistema de exclusão por falta de políticas públicas que desenvolvam condições sociais dignas às famílias e seus descendentes.

Enfatizando a questão do bullying, por perceber que é nesse foco que as diferenças se fundamentam e acarretam ações gravíssimas entre estudantes, como traumas psicológicos ao longo da vida, entre tantas outras consequências, é importante dizer que o governo do Estado do Ceará está tomando medidas para coibir as praticas do bullying.

Governo do Estado do Ceará enviou à assembléia Legislativa mensagem com o objetivo de coibir a prática de bullying (apelidos ofensivos) nas escolas. [...] O projeto caracteriza o bullying como violência física ou psicológica, insultos pessoais, ataques físicos, expressões ameaçadoras, isolamento, podendo ter conotação sexual, de exclusão social, de perseguição ou ameaça. (VERDES MARES, 01 jun 2010).

Com a criação de projetos no combate à violência, provavelmente teríamos melhor qualidade de vida e assim, os educandos se sentiriam mais protegidos e livres para ir e vir sem medo e, usufruírem dos direitos que lhes cabem na sociedade: educação, lazer, emprego e renda. Nesse foco, seria importante que os professores fizessem cursos de capacitação e treinamento para a prevenção, necessariamente, oferecido pelo Ministério da Educação a todos os professores, sejam efetivos ou temporários.

Estar em constante aprendizado é um dos princípios fundamentais de um docente e, aprender a conciliar as situações diversas no seio escolar, é relevante para a prevenção, a socialização e conscientização dos estudantes nos diferentes problemas socioculturais, afetivos e emocionais. Na concretização dessas ações, provavelmente teríamos pelo menos uma diminuição de 50% (cinquenta por cento) dos casos de violência em curto prazo. A questão é de proporção alarmante, sendo assunto de escala mundial e seguem modelos comportamentais a nível global por conta da mídia globalizada com o advento da tecnologia que abre as portas ao mundo das informações em amplo contexto. Abramovay (2002) observa que fenômenos da mídia podem incentivar a violência.

[...], os trabalhos sobre violências nas escolas, recorrem a múltiplas associações das ocorrências com características e atributos das vítimas e dos agressores; ou com as distintas instituições ambientes pelo os quais circulam os jovens, que, por sua vez, têm dinâmicas sociopolítico-culturais singulares, como: [...]

iv) a família, como condicionante ou antecedente de personalidades violentas, [...]

v) a influencia da mídia – a veiculação da violência e sua banalização [...]

vi) características do ambiente em que se situa a escola: em alguns casos, o bairro, em outros a sociedade. (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 75 - 76)

A problemática nas questões de violência tem se alastrado entre os educadores e a sociedade em geral. No contexto do sistema educacional, percebe-se elevada complexidade dos fatos, seja porque não se entende determinada ação por parte do agressor, ou por não se perceber nenhum ato agressivo, ou até, por conta da passividade do agredido, além de outras características que não se mostram e, ganham dimensões inexplicáveis.

Compreender esse universo entre educação, estudante e conflito sociocultural na atual conjuntura, não é fácil. Percebe-se, que está sendo difícil para quem tem que estar à frente das dificuldades enfrentadas pelo corpo docente no tocante as relações nas questões sociais de violência nas escolas, como também, na criação de métodos eficazes para possíveis soluções, prevenção e eliminação das ações violentas. Contudo, notam-se esforços significativos por parte do corpo docente na tentativa de evitar os problemas de violência em suas diversas características. No foco dessa questão, observa-se, que vários projetos são desenvolvidos no âmbito da escola como mecanismo de interação, conscientização e harmonia, além do ensino-aprendizagem dentro das relações humanas na primazia dos valores morais e éticos.

Os estudos acerca da temática são amplos e apontam para diversos contextos sociais que envolvem família, meio sociocultural, político e econômico, além do advento da tecnologia globalizada, gerando fenômenos que tem sido motivo de preocupação entre os educadores.

Os educandos e sua relação com a escola numa sistemática socioeconômica, cultural e política é objeto de estudos para muitos pesquisadores que buscam conhecer os conflitos. Delors (1998) aponta para alguns fatores preexistentes como condicionante dos conflitos.

Desde sempre, as sociedades foram abaladas por conflitos suscetíveis de, nos casos extremos, pôr em perigo a sua coesão. Hoje, contudo, não se pode deixar de dar importância a um conjunto de fenômenos que, na maior parte dos países do mundo, surgem como outros tantos índices de uma crise aguda das relações sociais.

Uma primeira verificação relaciona-se com o agravamento das desigualdades, ligado ao aumento dos fenômenos de pobreza e de exclusão. Não se trata, apenas, das disparidades já mencionadas entre países ou regiões do mundo, mas sim de fraturas profundas entre grupos sociais, tanto no interior dos países desenvolvidos como no dos países em desenvolvimento. (DELORS, 1998, p. 52)



O estudo acerca das questões de violência escolar mostra a relevância do assunto e importante conhecimento a nível social e global, tanto pelas ações nacionais, quanto as estrangeiras. Assim, entende-se que a educação na atualidade, tem o dever de reeducar para a solidariedade, respeito às diferenças, valorização da vida e dos indivíduos. De acordo com Delors, “Confrontada com a crise das relações sociais, a educação deve, pois, assumir a difícil tarefa que consiste em fazer da diversidade um fator positivo de compreensão mútua entre indivíduos e grupos humanos. [...]” (DELORS, 1998, p. 52). Nessa ótica, espera-se que a sociedade frente aos conflitos existenciais, seja transformada pela a educação e, que os sujeitos aprendam prioritariamente, a aceitar e respeitar as diferenças étnica, cultural e econômica.

## CAPÍTULO 4

### 4 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A realização da pesquisa deu-se no processo de Observação Participante, com abordagens essenciais e distintas entre os sujeitos para coleta de dados. As estratégias adotadas trouxeram resultados significativos ao desenvolvimento da pesquisa e maiores conhecimentos acerca do tema, como também dos grupos envolvidos, onde se percebeu vários fatores intrínsecos nas questões levantadas com suas causas e consequências.

No tocante aos sujeitos e ao tema, foco da pesquisa, desenvolveu-se mecanismos para levantar dados relevantes, como fazer contato com o núcleo gestor em mais de uma instituição para pedir autorização e assim, ter acesso às dependências da escola, especialmente naquela, onde o conhecimento era superficial para interagir com o público: docentes, alunos, funcionários, pais e responsáveis nos momentos oportunos, pois seria necessário um convívio com os sujeitos para poder perceber as questões referentes ao assunto da pesquisa.

Pensando nas possíveis restrições por parte do núcleo gestor, tanto nas de convívio assíduo por conta do trabalho docente, como nas de conhecimento superficial, foi amplamente explicado a importância do estudo, tanto pela relevância da questão socioeducacional entre os sujeitos da pesquisa, como pelo trabalho de conclusão de curso que fundamentalmente, eleva o conhecimento na abrangência dos fatos, das ações negativas e positivas e, possibilidade de criação de estratégias na prática docente para evitar o ‘mau’ crescente nas escolas que é a violência em seus diversos contextos socioculturais e econômicos.

Para conviver participativamente com o objeto de estudo, foi necessário ocupar o tempo nos três períodos nos turnos escolares: manhã, tarde e noite para poder ter uma visão clara da realidade em distintas instituições, como também das diferenças entre elas. Para tanto, escolheu-se conhecer de perto três esferas de escola pública em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, são elas: as escolas ‘comuns’, as profissionalizantes e as militares, lembrando que o conhecimento já vem de longo período pelo fato de ser um docente e ter atuado profissionalmente em escolas distintas da rede pública.

Foi aplicado junto aos grupos sociais mecanismos de interação, como a empatia que não foi forçado, pois faz parte do processo educativo e, confiabilidade para conhecer os sujeitos e as causas dos conflitos. O autor dessa pesquisa convive diariamente com o objeto da pesquisa em vários níveis de ensino-aprendizagem, o que facilitou a coleta de dados.

Ressaltando que ao longo da carreira docente e por ter trabalhado com projetos/programas educacionais no foco da inclusão social, erradicação do analfabetismo, além de vários organismos distintos do ensino-aprendizagem em nível Fundamental e Médio da rede pública, vem ao longo das experiências fazendo observações que englobam as questões. Contudo, no período do Curso Gestão Educacional, já prevendo desenvolver trabalho na linha dos conflitos educacionais, como a violência, paradigmas, gestão e instituições públicas diferenciadas, adotou-se instrumento pessoal de coleta de dados com anotações para suporte no desenvolver do trabalho, este primeiro momento foi de forma solta, aleatória com conversas informais nos momentos oportunos.

O levantamento dos dados de cunho concreto deu-se através de questionamento acerca do tema com os vários sujeitos que compõem a instituição de ensino. Com os alunos, utilizou-se da conversa informal no horário de intervalo, na saída da escola e, durante uma aula de história, contextualizando um tema acerca de conflitos sociais, diferenças econômicas e culturais, questionário, conversa individual e em grupo para perceber a singularidade e homogeneidade nas questões abordadas.

O contato com algumas famílias foi através da interação informal, além do questionário, para conhecer a percepção deles referente à escola, ensino-aprendizagem e, o grau de gravidade na concepção desses quanto à qualidade da educação dos filhos e sobre os atos de violência.

Ao corpo docente e funcionários foram aplicados questionários, conversas individuais e com os professores de sala de aula, buscou-se maior interação, tanto individualmente, como em grupo nos momentos de intervalo e término das aulas, a intenção era perceber a percepção e concepção dos professores quanto ao contexto do tema pesquisado.

No decorrer da pesquisa, os dados coletados na conversa informal e nas observações realizadas, foram transcritos para caderno pessoal de anotações para posteriormente servir de fonte informativa e análise dos dados, do ambiente educacional, tanto dentro, como no seu entorno.

Observou-se a percepção do aluno quanto aos problemas acerca do tema, como também às ações dos dirigentes na prevenção e solução dos conflitos, bem como o desenvolvimento educacional.

Buscou-se conhecer além da questão da violência escolar, a realidade referente à qualidade do ensino e do desenvolvimento cognitivo dos educandos na percepção dos pais e alunos, como também, o perfil do gestor suas ações e o grau de responsabilidades e autonomia na administração escolar.

Focou-se a pesquisa bibliográfica para fundamentação e compreensão, com autores que abordam o tema em amplo contexto sociocultural e econômico, sendo alguns de Direito e publicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) com representação no Brasil e do Ministério da Educação (MEC). As obras disponibilizadas nesses Órgãos são referência no âmbito da educação e, com igual relevância, outras Obras que tratam do assunto em conjunto com a educação, como a família, meio social, cultural, econômico e sociedade em geral. Também foram utilizados os recursos tecnológicos como os sites para navegação na internet em busca de notícias e documentos relevantes acerca do tema.

A análise dos dados coletados está no foco dos problemas de violência, alunos, família, escola e a qualidade do ensino-aprendizagem, como também, o direcionamento que a gestão articula para amenizar e eliminar a questão de violência, o perfil da escola e a qualidade do ensino em distintas instituições públicas.

A pesquisa acerca do tema está intrínseca com a realidade vivenciada no dia a dia da função docente e, na escola de ensino básico: Fundamental e Médio.

A relevância do tema é notória na sociedade e, para o docente é uma questão que está no limite da vida de todos os envolvidos no processo educacional. Visto isso, teve-se a necessidade de conhecer as causas e as consequências dos conflitos em suas especificidades para tentar criar formas de convivência na perspectiva de contribuir com o bem-estar socioeducacional no local de trabalho como fora dele e na solução dos conflitos entre alunos para evitar maiores consequências e, se possível, frente ao complexo Sistema Educacional: escola e gestão, trabalhar os alunos e a família na perspectiva da prevenção as drogas, o bullying, as diferenças socioeconômicas, étnicas e culturais. O objetivo nesse intento é eliminar, ao menos no local de trabalho, o malefício causado a tantos jovens, crianças e até aos professores que sofre as consequências da rebeldia, desrespeito e o descaso dos “maus comportados” em sala de aula.

Pretensiosamente, deseja-se descobrir mecanismos educacionais que verdadeiramente contribuam para um ensino-aprendizagem qualitativo fundamentado na equidade. Promover condições para sanar os problemas que estão além do domínio e controle dos professores e, por isso, a importância de inserir os pais dentro da escola para auxiliar na prevenção e combate a todo ato de violência e degradação da pessoa humana.

Vê-se no meio educacional, muita teoria e pouca prática, de acordo com as observações, percebe-se que tem escola necessitada de maior acompanhamento por parte das

autoridades competentes para solucionar os vários problemas, dentre os quais, a exclusão, violência e falta de abertura para as famílias e alunos se envolverem nas decisões da escola.

Dialogando com Heloisa Zymanski, professora de Psicologia da Educação da PUC, São Paulo (<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/pais-sao-desinteressados-pela-educacao-filhos-493539.shtml>). Em entrevista a escola online, disponibilizado em vídeo no site da escola nova, no link Gestão Educacional, onde ela explica as relações que devem existir entre a família e a escola, diz que existem barreiras entre a escola e a família, mesmo nas que tentam dar abertura aos pais, as razões são varias e podem estar na questão da humilhação sofrida por esses pais, pois também são egressos da escola e, que é muito importante a presença dos pais no convívio escolar, pois a criança que tem seus pais dentro da escola, elas se sentem mais seguras e protegidas.

As diferenças sociais, infelizmente é realidade, foi ontem, é hoje e provavelmente será sempre, contudo, tem-se que valorizar o que há de melhor na humanidade que é a educação e através dela formar cidadãos conscientes, críticos, solidários e, no futuro próximo, economicamente melhor do que são no presente dentro dos princípios éticos e morais. As diferenças existem até entre escolas do mesmo sistema público de educação, há as que têm um público elitizado e outras de extrema carência. Nesse enredo social vivenciado nas escolas, pode-se fazer uma analogia entre concepções pedagógicas e sistema educacional que de acordo com Saviani (2008) há ensino-aprendizagem diferenciado para os que têm e, os que não têm dinheiro.

[...], nós sabemos que, em relação à pedagogia nova, um elemento que está muito presente nela é a proclamação democrática, a proclamação da democracia. Alias, inclusive, o próprio tratamento diferencial, portanto, o abandono da busca de igualdade é justificado em nome da democracia e é nesse sentido também que se introduzem no interior da escola procedimentos ditos democráticos. E hoje nós sabemos, com certa tranquilidade, já, a quem serviu essa democracia e quem se beneficiou dela, quem vivenciou esses procedimentos democráticos no interior das escolas novas. Não foi o povo, não foram os operários, não foi o proletariado. Essas experiências ficaram restritas a pequenos grupos, e nesse sentido elas se constituíram, em geral, em privilégios para os já privilegiados, legitimando as diferenças. Em contrapartida, os homens do povo (o povão, como se costuma dizer) continuaram a ser educados basicamente segundo o método tradicional, e, mais que isso, não só continuaram a ser educados, à revelia dos métodos novos, como também jamais reivindicaram tais procedimentos. [...] (SAVIANI, 2008, p. 39-40)

As diferenças são evidentes no seio educacional, por mais que se neguem o próprio Sistema cria instituições de ensino que entre si, se distanciam, as bases pedagógicas são diferentes e os sujeitos que as compõem, têm perfis diferenciados.

## CAPÍTULO 5

### 5 ANÁLISE DOS DADOS

Pretende-se analisar as condições em que se encontra a escola no tocante ao desenvolvimento educacional e as questões de violência sob a ótica de profissionais da educação: Núcleo Gestor, docentes, funcionários, como também alunos e pais, principais sujeitos envolvidos no processo socioeducacional.

Analisando as questões abordadas, percebe-se que para o núcleo gestor, docentes e funcionários, a escola é um espaço de interação, de relações sociais que propicia a troca de vivências prévias. É fundamentalmente, o lugar do ensino-aprendizagem, da transformação do sujeito em um ser social capacitado para exercer sua cidadania dentro dos princípios morais, éticos e profissionais, usufruindo de seus direitos e cumpridor de seus deveres cidadãos. É o lugar de conscientização humana e o meio de difusão dos conhecimentos técnicos, socioeconômicos englobado na tecnologia como ferramenta de inserção dos sujeitos ao mundo globalizado e tecnológico.

Os problemas do dia a dia da escola, nas palavras dos docentes sobre estas questões, no pensamento comum, eles dizem que os problemas são muitos, dentre os de maior preocupação está na falta de acompanhamento dos pais e responsáveis dos alunos. Inúmeros, são os casos em que os pais são convocados para informá-los dos problemas causados pelos filhos e eles não comparecem. É como se a escola fosse responsável pelos maus modos e até agressividade dos alunos. Segundo o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI,

A família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e das normas. [...]. Um diálogo verdadeiro entre pais e professores é, pois, indispensável, porque o desenvolvimento harmonioso das crianças implica uma complementaridade entre educação escolar e educação familiar. Diga-se, a propósito, que as experiências de educação pré-escolar dirigidas a populações desfavorecidas mostraram que a sua eficácia deveu-se muito ao fato das famílias terem passado a conhecer melhor e a respeitar mais o sistema escolar.

Por outro lado, cada um aprende ao longo de toda a sua vida no seio do espaço social constituído pela comunidade a que pertence. Esta varia, por definição, não só de um indivíduo para outro, mas também no decurso da vida de cada um. [...]

(DELORS, 1998, p. 111)

De forma geral, as famílias estão colocando a carga da escola a formação moral e ética de seus filhos, esquecem que em média, os alunos ficam quatro horas do dia na escola, o resto

das vinte e quatro horas passam com eles num contínuo aprendizado cultural moral e social, ou seja, mesmo que se trabalhem valores dentro dos princípios sociais de ética e moral, solidariedade, respeito às diferenças, amor ao próximo, inclusão e valorização da vida, ainda assim, a família tem papel primordial na formação moral e ética de seus filhos.

A educação é assegurada por Lei nº 9394/1996, todas fazendo referência à família como organismo fundamental para a educação dos filhos. Nos Art. 205; 206; 208; Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Todos pela Educação com a colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica, igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Todas com alterações constitucionais.

As transformações ocorridas ao longo do tempo na educação, na percepção dos educadores, tem sido notório, assim como a vida sociocultural dos sujeitos, adquiriu novos conceitos e concepções sociais. Não se concebe na atualidade, um ensino-aprendizado com os velhos paradigmas, a pesar de ainda nos depararmos com situações retrógradas, mas são casos isolados, não se configuram diante do novo modelo educacional que visa o aluno como sujeito que já tem uma bagagem de conhecimentos adquiridos no seio da família e no meio sociocultural no qual são inseridos. A escola tem que acompanhar a evolução dos tempos. Vive-se num mundo onde a juventude tem seu espaço garantido, são coautores de sua história e de suas realizações. São protagonistas na educação e na sociedade.

Questionado acerca das questões de violência escolar e, esta estar relacionada às transformações do sistema educacional ao longo da história, de forma geral, numa visão comum, todos dizem que a violência é uma realidade cruel. Saber como ela começou, é impossível, mas podem-se citar diversos fatores com os quais se interligam a violência, dentre eles, há a questão do meio sociocultural, ausência da família, visto que esta na atualidade, especialmente a mãe, fica mais tempo fora em busca do sustento dos filhos do que em casa, coisa que no passado, a mulher se dedicava mais ao lar e aos filhos, a questão das drogas que infelizmente tem acesso garantido nas áreas de risco, como também, em varias comunidades carentes que aliciam os jovens para a venda levando-os ao consumo e, conseqüentemente, provoca distúrbios psicológicos, tendo como um dos fatores, a agressividade.

A questão é complexa e não se podem definir como verdade absoluta as causas da violência. O Sistema Educacional tem se transformado para o melhor na perspectiva do aluno, de inseri-lo no contexto socioeconômico com igualdade de condições sociais. Portanto, a

violência não está relacionada à transformação da educação, provavelmente, ao contexto sociocultural e econômico dos alunos em suas individualidades. Neste contexto, Abramovay (2002), diz que:

Mesmo que a violência nas escolas não se expresse em grandes números e apesar de não ser no ambiente escolar que acontecem os eventos mais violentos da sociedade, ainda assim, este é um fenômeno preocupante tanto pelas seqüelas que diretamente inflige aos atores partícipes e testemunhas como pelo que contribui para rupturas com a idéia da escola como lugar de conhecimento, de formação do ser e da educação, como veículo por excelência do exercício e aprendizagem, da ética e da comunicação por diálogo e, portanto, antítese da violência. (ABRAMOVAY; RUA 2002, p. 92)

A escola é o lugar do conhecimento, da formação do sujeito e, diante das questões de violência é desenvolvido projetos de prevenção, como também de cidadania como mecanismo de sociabilidade, respeito, inclusão e conscientização.

As ações no foco de detectar e, na perspectiva de eliminar os atos violentos, tiveram resultados positivos com projetos como o eleitor do futuro; termômetro de risco e proteção das drogas; palestras sobre relações humanas; contação de história como incentivo a prática do bem; oficinas de Artes: dança, música, poesia, literatura de cordel e, no laboratório de informática: desenvolvimento de sites com diversos temas educacionais como incentivo a Arte, a socialização, ao raciocínio lógico matemático, a leitura e escrita.

Para os casos de violência grave entre alunos, alunos e professores, tem-se o cuidado de tomar medidas que favoreça o diálogo, a conscientização e, sempre se busca a ajuda dos pais e do corpo docente. No geral, os problemas tiveram solução satisfatória, com exceção de um caso onde o aluno ameaçou de morte a um professor da rede que também era policial, sendo assistido judicialmente e reincidente, foi levado a Delegacia da Criança e do Adolescente. Outro caso foi à transferência de uma aluna a pedido da família por ter sofrido agressão física na saída da escola, a mesma já vinha sendo hostilizada dentro da escola. Em todos os atos de violência, tem-se o cuidado de dialogar com o aluno e sua família em conjunto com abordagem para o respeito, a solidariedade, o amor à vida e ao semelhante. Abramovay (2002) ressalta que:

Assim, curiosamente, uma escola em que se reporte mais eventos violentos pode estar mais preparada para admitir programas preventivos e de controle e auto-avaliações sobre suas práticas do que uma escola que negue, pelo não-reconhecimento, que há comportamentos violentos no seu ambiente. (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 89)

Quanto aos alunos se sentirem seguros frente às questões de violência, foi senso comum entre corpo docente e funcionários, que a maioria tem consciência dessa questão social e evitam os conflitos, mas sempre tem os que se sentem perseguidos e travam intrigas



entre si, no entanto, tem-se o cuidado de detectar para evitar maiores consequências. Contudo, os conflitos fora dos muros da escola são inevitáveis, pois não se tem o controle das ações dos alunos quando estes estão fora da escola. Recentemente, na noite de domingo, dias das mães do ano corrente, um aluno de 15 anos foi morto a tiro por outro com idade equivalente na comunidade onde morava. Os motivos não foram esclarecidos. Diante desse contexto, muitos se resguardam evitando os confrontos. O aluno é trabalhado para não revidar agressões e, levar todo e qualquer problema entre eles, dentro como fora da escola, à coordenação.

No tocante a visão do aluno quanto à qualidade da escola, o corpo docente acredita que eles gostem, pois a maioria é bem relacionada entre si. São em sua maior parte, vizinhos, mora na mesma comunidade e formam grupos como forma de proteção e companhia na ida e na volta da escola. Segundo a observação da diretora, alguns vêm de outros bairros por acreditarem que a escola em questão é melhor do que a que fica na comunidade onde moram. De modo geral, acreditam que saindo da escola que fica na comunidade, conseguem melhor resultado no aprendizado, segundo explicação dos pais no ato da matrícula.

A escola pode afigurar-se aos estudantes tanto como uma efetiva via de acesso ao exercício da cidadania como, ao contrario, um mecanismo de exclusão social. Na primeira perspectiva, a escola, a educação e o processo de ensino-aprendizagem funcionam como uma espécie de salvo-conduto moral, um passaporte para a entrada na sociedade. (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p. 89)

Na percepção do corpo docente e funcionários, quanto à importância dos estudos na visão dos alunos, dizem que a maioria não tem consciência sobre o quanto é importante à educação, o conhecimento para um futuro melhor no tocante a vida socioeconômica. Outros percebem, especialmente, os que já estão no Ensino Médio, estes desejam ter um futuro melhor em termos econômico, social e cultural. Muitos querem fazer faculdade, dentre estes, alguns conseguem entrar na Universidade na primeira tentativa.

No tocante a importância dos estudos na visão dos alunos, segundo as informações do núcleo gestor quanto à demanda de alunos matriculados e evadidos, tem-se um quadro preocupante, de acordo com as declarações, praticamente não há evasão nos turnos manhã e tarde. Nos turnos da noite, em percentuais, comparando início do ano letivo, matrícula e assiduidade são em torno de setenta por cento (70%). O que segura à permanência das turmas é a abertura ao longo do ano letivo para matrícula de novos alunos. As turmas de Jovens e Adultos (EJA) requerem um olhar aprimorado, com incentivos e projetos que os proporcionem satisfação em estar na escola, pois a maioria desiste antes mesmo de finalizar o primeiro semestre, sendo esse grupo o de maior evasão ao longo do ano letivo.

As observações ao longo da pesquisa em mais de uma instituição, mostram que há distinção entre colégios, há os que não conseguem manter-se com turmas nos três períodos, sendo a escola obrigada a funcionar só com dois turnos: manhã e tarde, outras, não conseguem manter turmas de ensino médio no horário da tarde, nem da noite, atuando apenas com o ensino Fundamental II tanto pela manhã como pela tarde, o que caracteriza grandes evasões de alunos ao término do ensino Fundamental II.

O levantamento dos dados nas questões abordadas com o corpo discente e a família mostram que a escola na concepção dos alunos e dos pais, é um lugar para aprender e ter formação para conseguir um bom trabalho no futuro. Contudo os problemas do dia a dia, por vezes, quebram o conceito de aprendizado e formação para o trabalho no futuro próximo, que para eles, é fundamental a conquista do emprego. Para os que desejam alcançar ensino qualitativo na perspectiva de obter boa formação, são desestimulados pelo alto índice de violência entre colegas, além de outros fatores que contribuem no estímulo destes para com o colégio. De acordo com as declarações do aluno, *às vezes os colegas querem brigar, mas não é sempre. A merenda é muito ruim, mas tem aluno que gosta e, também, as aulas, muitas vezes é tão bagunçada que ninguém consegue aprender nada.* (Informação verbal, aluno).

A questão da merenda é um fator relevante, visto que muitos saem de casa sem merenda, especialmente os do turno da manhã, como também, alunos do turno da tarde que saem de casa sem almoço e conta com a merenda da escola, essa é uma situação comum entre alunos do ensino público, vivenciado ao longo da carreira docente e percebido no período da pesquisa. Contudo, não se pode generalizar, há os que têm uma boa alimentação em suas casas e quando por algum motivo, saem para o colégio sem lanche ou almoço, trazem dinheiro para comprar, porém a questão é complexa, em algumas instituições é proibida a venda e compra de alimentos dentro do colégio, ou seja, é terminantemente proibido a qualquer pessoa, vender lanche aos alunos durante o período que estão na escola. Os alunos que não comem a merenda servida na hora do intervalo têm que trazer o lanche de casa ou comprar antes da entrada no colégio e só podem comer na hora do recreio. Outra realidade é que, os que querem comprar suas merendas: bombons, biscoitos, salgados, doces, refrigerantes, sucos, sorvetes, tem a liberdade de comprar dos vendedores que ficam fora dos portões da escola, estes vendedores são fiscalizados pela coordenação para que não causem problemas de saúde aos alunos por conta dos produtos que vendem. Nesse contexto, de acordo com as informações, muitos alunos gostam da merenda servida, outros dizem que comem porque não podem comprar.

A merenda escolar é direito do aluno. Está regulamentada por Lei e, de acordo com o Diário Oficial da União – seção 1. Nº 113, quarta-feira, 17 de junho de 2009. A escola tem que oferecer alimento adequado e saudável. A LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009,

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

[...]

Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei. (D.O. U, seção 1, nº 113, 2009, p. 2)

Diante do que foi exposto, faz-se necessário, por parte das autoridades competentes, uma análise acerca dessa questão que é subsidio a subsistência dos educandos do ensino público, que em sua maioria são carentes socioeconomicamente.

Questionado aos pais sobre a legislação referente à escola, aluno e educação e, quanto aos direitos e deveres deles, para com a escola e os filhos, a maioria desconhece por completo os direitos constitucionais que garante o ensino de qualidade, gratuito, inclusivo e participativo, assim como, os deveres e direitos frente à escola e a educação de seus filhos. Muitos têm vergonha de pedir para entrar na escola para ir até a sala de estudo dos filhos para ver como estão. Quando querem falar com os filhos, mandam recados por acreditarem que não tem direito de entrar na escola.

A queixa relevante de alguns pais é no atendimento, dizem que ficam muitas vezes esperando a boa vontade dos que estão na secretaria quando querem algum documento ou informação. Recentemente uma mãe ficou quase uma hora esperando para saber se a carteira de estudante de seu filho estava pronta, se havia chegado à escola. Outro caso, foi no atendimento pelo núcleo gestor, ficou muito tempo esperando e quando finalmente, conseguiu entrar na sala da coordenação, a diretora simplesmente saiu dizendo que estava com pressa e que a coordenadora resolvia, no entanto, segundo relatos da entrevistada, a coordenadora falou que só quem podia resolver o problema dela era à diretora. Muitas outras queixas nesse contexto foram relatadas.

Para os pais, as transformações ocorridas ao longo do tempo na educação, estão relacionadas aos principais sujeitos da escola, configuram-se nos jovens, no descontrole e rebeldia sócio-juvenil que predomina na atualidade. Na falta de respeito deles para com os pais e os professores e, de acordo com a declaração, é acrescentado que os professores perderam a moral na atual conjuntura socioeducacional.

Muita coisa mudou. Os alunos já não respeitam nem os pais, quanto mais os professores. No tempo em que o professor tinha moral na sala de aula, os meninos aprendiam mais, mesmo os mais danados, muitos se arrumaram na vida, se formaram e se tornaram homens de bem. Hoje a coisa tá sem lei, sem limites. Os professores parece é que têm medo dos alunos e acabam não impondo regras. A educação mudou foi para dar muita liberdade ao aluno e deixando de educar de verdade. Além de tudo, os alunos que querem realmente aprender, são prejudicados pelos que fazem bagunça na sala de aula e a direção não faz nada, deixa os que não querem nada prejudicar os que querem, podendo deixar no colégio só os alunos que verdadeiramente querem estudar. (Declaração verbal, pai)

Fazendo referencia a questão de violência escolar e, esta estar relacionada às transformações do Sistema Educacional ao longo da história, disseram que *a violência está em toda parte, não só na escola, mas se a escola tirasse os maus alunos, aqueles que só vem brigar e roubar os colegas, talvez diminuísse a violência escolar* (declaração verbal, Mãe). Na sua maioria, os pais acreditam que a violência vem da rua para a escola e, que os alunos considerados “problema” deveriam ter um lugar próprio para eles estudarem, onde eles pudessem ser reeducados para o convívio adequado com os alunos de bom comportamento. Há casos de alunos que saíram da escola por terem sido agredidos na saída do colégio, ficando na instituição de ensino os que provocaram as brigas e a agressão física. Segundo as declarações, dizem: *“É que os direitos das crianças e dos adolescentes garante a permanência dos alunos problemas na escola”*. (declaração verbal, Mãe).

Os casos de violência grave entre alunos, alunos e professores, dizem que quase todos terminam bem, recentemente, houve um de maior gravidade que foi presenciado por alunos na saída do colégio, na praça que fica em frente, quando dois alunos brigando, chegaram outros para interferir, acabando com encaminhamento de alguns a Delegacia da Criança e do Adolescente e outros muito machucados. Outro caso, já faz algum tempo, segundo as declarações, foi à transferência de um aluno que ameaçou o professor de morte. Nesse assunto, pode-se dialogar com Abramovay (2002).

Tratar de violência nas escolas significa lidar com uma interseção de objetos e seus significados. Isto é, uma perspectiva sobre uma determinada ordem e não simplesmente a superposição ou o somatório dos objetos: escola e violência. Essa é uma equação específica, pois envolve práticas sociais que, para serem compreendidas, requerem um olhar que não as reduza a meras extensões de práticas violentas ou de procedimentos escolares. (ABRAMOVAY, 2002, p. 94)

Questionado aos alunos, quanto a eles se sentirem seguros frente às questões de violência e quais as orientações que recebem de seus pais sobre a violência escolar, a maioria disseram que têm medo e, que só andam com os colegas de confiança e que se protegem, vão e voltam juntos para a escola e evitam discutir com os que eles consideram “brigões”. Os pais aconselham a evitar todo e qualquer tipo de discussão e pede aos filhos que contem tudo que acontecer na escola. Que não confiem em desconhecido e que não se misture com os alunos “danados”, os “maus comportados”.

Analisando o desejo dos alunos em ficar ou sair da escola por conta dessas questões, alguns disseram que não, pois em todo lugar vai sempre existir divergências, outros que sim, por conta de alguns colegas que implicavam muito com eles. Um grupo afirmou que gostaria de estudar numa escola particular, porque achava que o ensino deveria ser muito melhor e que tinham muitos professores que não se importavam muito com eles.

[...] Os alunos devem poder adquirir na escola instrumentos que os habilitem, quer a dominar as novas tecnologias, quer a enfrentar os conflitos e a violência. É preciso cultivar neles a criatividade e a empatia de que terão necessidade para serem, na sociedade de amanhã, cidadãos ao mesmo tempo atores e criadores. [...] (DELORS, 1998, p.136).

Na visão do aluno, o professor é muito importante na escola, pois é ele que ensina as tarefas e muitos se preocupam com o aprendizado deles, em consenso, afirmaram que sem professor, não teria ensino. No entanto, a maioria tinha queixas contra os professores, disseram que a de matemática era a mais “chata”, passava muito exercício, outros que a professora de história falava muito, era uma “matéria muito chata”. As queixas de maior relevância foi no tocante a empatia, todos disseram que professor x ou y não gostava deles, que se sentiam rejeitados e prejudicados porque os ditos professores não tiravam as dúvidas na hora em que eles perguntavam.

Sejamos, pois, sem perda de tempo, os pioneiros e propagadores de uma filosofia holística da educação para o século XXI, fundada nas seguintes premissas: [...] o amor e a compaixão, a preocupação pelo outro e a caridade, a amizade e a cooperação devem ser estimuladas, agora que a nossa consciência desperta para a solidariedade planetária. (DELORS, 1998, p. 245).

Na relação professor-aluno e empatia, a maioria afirmou que gostaria de receber amor, carinho, compreensão, queriam que o professor fosse mais dedicado a eles, que deveria ter mais paciência, pois muitos não conseguem acompanhar os conteúdos das diversas disciplinas.

Nunca é demasiado insistir na importância da qualidade do ensino e, portanto, dos professores. É no estágio inicial da educação básica que se formam, no essencial, as atitudes da criança em relação ao estudo, assim como a imagem que faz de si mesma. O professor, nesta etapa, desempenha um papel decisivo. Quanto maiores forem as dificuldades que o aluno tiver de ultrapassar — pobreza, meio social difícil, doenças físicas — mais se exige do professor. Para ser eficaz terá de recorrer a competências pedagógicas muito diversas e a qualidades humanas como a autoridade, empatia, paciência e humildade. (DELORS, 1998, p. 158-159)

Os alunos gostam de abraçar o professor por quem tem carinho e adoram quando eles retribuem. Para muitos, especialmente para os pequenos, Ensino Fundamental II, o professor é um deus, um exemplo de sabedoria. Percebe-se que tudo que eles querem, é ver no professor uma espécie de pai e mãe.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas nessa pesquisa se impõem ao contexto educacional, aos indivíduos que compõem o quadro escolar em suas especificidades e na abrangência da comunidade do entorno escolar.

A violência esboçada está envolto as questões sociais de pobreza, miséria exclusão, desigualdade e falta de comunicação entre os sujeitos principais do enredo sócio-educacional, as causas e consequências refletem na escola ou tem foco através dela pelos diferentes grupos socioculturais inseridos. Dando falsa homogeneidade comportamental frente aos problemas que surgem. Que na percepção de quem está de fora da realidade escolar pública, tende a generalização das ações negativas de alguns para com o todo.

Na tentativa de mudar a visão negativa da sociedade entorno do ensino público, relata-se aqui, as diferenças entre escolas e o nível sociocultural dos alunos do Sistema Público de Educação, como também, propôs-se mencionar as diferenças com base nos direitos fundamentais da pessoa humana em concordância com a Constituição Federativa do Brasil de 1988 e suas alterações, em especial, com relação à educação que é direito de todos e dever do Estado, da família e sociedade, ressaltando três escolas de origem pública, mas que se difere em sua concepção pedagógica, o que favorece para a boa imagem na percepção social dos indivíduos que estão alheios a realidade educacional pública das escolas “comuns”, mas que também, fere o principio de igualdade dos que dependem do ensino público, visto que, o acesso a escola pública é gratuito e direto de todos, o que não se configura na atual conjuntura.

A questão educacional abrange um universo muito mais extenso do que se pode imaginar, assim, mostram-se nesse estudo, os diferentes atores sociais envolvidos no processo educacional, cada grupo, com suas observações, percepções e concepção acerca dos questionamentos que foram levantados ao longo da pesquisa. Eles estão apresentados no discurso expresso nos capítulos que englobam a temática do texto com as devidas atribuições e diferenças de cada agente que de uma forma ou de outra, fazem parte do conjunto que formam a escola.

Todos os Gestores Escolares: equipe diretiva, alunos e família, estão vulneráveis frente à questão de violência escolar e falta de políticas publicas no enfrentamento a questão que se alastra na sociedade. Dialogando com Abramovay (2002, p.335), “[...] Ao mesmo tempo em que a escola se institui como instância de aprendizagem de valores e de exercício da ética e da razão, é noticiada como lugar de incivilidade, brigas, invasões, depredações e até

de mortes [...]”. Tem-se nesse contexto um mal que precisa ser curado para que no futuro tenham-se melhores condições de vida em sociedade. É preciso eliminar os conflitos que tomam corpo de proporções cada vez maiores.

A violência se caracteriza de varias formas: pela força bruta e a força simbólica, no caso da força simbólica, aqui caracterizada, segundo Abramovay (2002, p. 335) como sendo causa social “[...] porque é exercida pela sociedade quando esta não é capaz de encaminhar seus jovens ao mercado de trabalho, quando não lhes oferece oportunidades para o desenvolvimento da criatividade [...]”, assim, vê-se que as causas da violência e a desigualdade são maiores do que se podem imaginar. Diante desse cenário em junção com a educação, desenvolveu-se essa pesquisa que é relevante para conhecimento das questões em amplo contexto social.

O propósito fundamental desse trabalho é mostrar outras formas de violência que estão sob um “véu”, onde se esconde a face dos diversos codinomes da violência escolar e social, pois além das que são “comuns”, as de conhecimento social e das que são divulgadas na mídia, há as que não caem no discurso popular e, as causas, de acordo com a percepção desenvolvida no discorrer da pesquisa, podem estar nos movimentos sócio-juvenis no âmbito das drogas, desestrutura familiar, extrema pobreza, opção sexual, autoafirmação e exclusão, estas são designações vigentes expostas à sociedade, sem que sejam enxergadas pelo poder público, ou não querem ver, mas que tem sido causa de muitas injustiças, transtornos psicológicos, conflitos violentos e mortes. Nessa sequência, enumeram-se os seguintes atos: jovens e crianças nas ruas dominadas pelas drogas, são aliciadas em suas casas, na comunidade onde residem, no entorno do colégio e até no próprio colégio; famílias desestruturadas, não acompanham os filhos, vivem na promiscuidade, muitas passam dias sem ver os próprios filhos; crianças e jovens que vivem a catar lixo, não vão à escola, nem tem moradia certa, esse grupo vivem na extrema pobreza e ainda sacia a fome com tubos de cola a cheirar nos locais de maior fluxo de pedestre, que são os terminais de ônibus, situação presenciada em Fortaleza, capital do Ceará; a opção sexual é um dos fatores que gera muita violência entre os que se dizem hétero e os que não são, especialmente, entre os que não definiram sua opção sexual. No tocante a esse assunto, observa-se a falta de orientação da própria família e da escola quanto à correta postura no trato dessa questão, desenvolve-se a homofobia entre alunos sem que ninguém perceba, ou dê a devida importância ao fato. A autoafirmação é outro fator que leva muitos jovens a se envolverem em conflitos, muitas vezes com fins trágico. Nesse quesito se englobam vários outros fatores, como condição socioeconômica e cultural, medição de força entre grupos rivais, marcação de território,



dentre outros. A exclusão está em todos os setores sociais, mas na escola parece ser um mal irremediável, pois um simples gesto de um professor para com o aluno no sentido de denegrir a autoimagem ou do desenvolvimento cognitivo, pode acarretar transtornos psicológicos por toda a vida do estudante, com a mesma proporção, os que são causados pelos colegas, mas que, de acordo com a maioria dos alunos questionados sobre o assunto, disseram que quando é o colega que ofendi, eles revidam e alguns acabam por esquecer o evento, mas que quando é o professor, eles não esquecem nunca. Além desses fatores relatados, tem o que está na mídia e, que apesar disso, tem causado muitas mortes entre alunos e que para alguns professores, ainda se configura como brincadeira de criança, este é o tão conhecido Bullying, que apesar de tudo que estão fazendo para combatê-lo, ainda tem muita força no meio estudantil e corre livremente nos corredores de algumas escolas pesquisadas, como também, nas muitas comunidades onde residem os alunos que travam apelidos, insultos entre si.

O resultado acerca das questões abordadas se mantém no patamar de alto índice de preocupação dos setores afetados, como da sociedade em geral. Contudo, tem-se a esperança de ver em curto prazo, melhorias no tocante as questões aqui ressaltadas, especialmente, no seio escolar. Há professores esforçados e engajados nas causas sociais na perspectiva de mudar a realidade degradante que assola a escola pública, como também, vários projetos educacionais que visam manter os alunos, o maior tempo possível no colégio, assim, evitando que fiquem nas ruas após o termino das aulas. O que demonstra ações positivas, apesar da deficiência ainda presenciada em algumas instituições. Bom seria ter a participação efetiva dos vários segmentos da Gestão Escolar: pais, professores, estudantes e funcionários na construção de projetos pedagógicos, na avaliação do ensino-aprendizagem e na administração dos recursos públicos disponibilizados para a escola, enfim, ter uma escola verdadeiramente, inclusiva, participativa e de gestão democrática.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; RUA, M. das G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, atualizada pela Lei nº 12.415 de 09 de junho de 2011. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/eca\\_L8069.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/eca_L8069.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2011

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Conselho Nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia**. São Paulo, 1997. ct. 33/97. Revisto pela Comissão de Divulgação do Triênio 2002/04. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.abpp.com.br/regulamentacao.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2011

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Título VIII Da Ordem Social. Capítulo VII, Art. 227, de 05 de outubro de 1988. Alterada pela Emenda Constitucional nº65, de 13 de julho de 2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14/07/2010, p.1. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=14/07/2010>>. Acesso em: 01 jul. 2011

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente e da Outras Providencias. Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)>. Acesso em: 19 jun. 2011

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas (PDE)**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf> >. Acesso em: 15 jun. 2011

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação; Dourado, L. F. Gestão da Educação Escolar – Profuncionário. Brasília: UNB/CEAD, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**, seção 1, nº 113, **República Federativa do Brasil Brasília**, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=17/06/2009>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Legislação Federal**. Art. 205. Educação. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CURY, A. J. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DELORS, J. **Educação um Tesouro a Descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 1998.

DOURADO L. F; BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Gestão da Educação Escolar. Profucionário**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

GAROTO vítima de bullying é assassinado em Porto Alegre. **Diário do Nordeste**, Ceará, 12 mai 2010. 20h51 (Agência Estado). Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/noticia.asp?codigo=290561&modulo=964>>. Acesso em: 20 out. 2010.

GENTILE, P. O líder dos professores. Para gerenciar a escola, o gestor deve ter vários colaboradores, como o coordenador pedagógico. **Revista Nova Escola**, Brasil, ano XXVI, Nº 241, abril 2011.

Governo elabora projeto para coibir bullying nas escolas. **Verdes Mares**, Ceará, 01 jun. 2010. Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=292254&modulo=178>>. Acesso em: 20 out. 2010.

RODRIGUES, E. Vigilante baleado em escola. **Diário do nordeste**, Ceará, 21 nov. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=694907>>. Acesso em: 20 out. 2010

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 2008. Edição comemorativa.

TIBA, I. **Adolescente: quem ama cuida**. São Paulo: Integrare, 2005.

TIBA, I. **Seja feliz meu filho**. São Paulo: Integrare, 2006.

ZYMANSKI, H. [Entrevista disponibilizada em vídeo, agosto/setembro de 2009, a Internet]. 2009. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/pais-sao-desinteressados-pela-educacao-filhos-493539.shtml>>. Acesso em: 24 jul. 2011

## **APÊNDICES**



## **Apêndice A – Interação Informal**

### **INTERAÇÃO INFORMAL – QUESTIONAMENTOS/ENTREVISTA**

Em virtude dos questionamentos realizados por meio das conversas informações e interação com grupos de alunos, pais, professores e funcionários, apresenta-se a síntese sobre a percepção dos grupos citados. Ressalta-se que esse mecanismo foi o de melhor resultado, quanto à liberdade de expressão e abertura para o posicionamento frente às perguntas lançadas aos participantes. A forma de abordagem citada à cima teve como princípio a análise das condições na qual se encontra a escola no tocante ao desenvolvimento educacional e as questões de violência sob a ótica dos atores que compõem a instituição de ensino: núcleo gestor, docentes, alunos, pais e funcionários.

#### **Síntese das Questões**

Núcleo Gestor, Corpo Docente, Funcionários.

#### **1 O que é a escola na concepção atual dos profissionais da educação?**

A escola é um espaço de interação, de relações sociais que propicia a troca de vivências prévias. É fundamentalmente, o lugar do ensino-aprendizagem, da transformação do sujeito em um ser social capacitado para exercer sua cidadania dentro dos princípios morais, éticos e profissionais, usufruindo de seus direitos e cumpridor de seus deveres cidadãos. É o lugar de conscientização humana e, o meio de difusão dos conhecimentos técnicos, socioeconômico englobado na tecnologia como ferramenta de inserção dos sujeitos ao mundo globalizado e tecnológico.

#### **2 Quais são os problemas no dia-a-dia da escola?**

Os problemas são muitos, dentre os de maior preocupação está na falta de acompanhamento dos pais e responsáveis dos alunos. Inúmeros, são os casos em que os pais são convocados para informá-los dos problemas causados pelos filhos e, eles não comparecem. É como se a escola fosse a responsável pelos maus modos e até agressividades dos alunos. De forma geral, as famílias estão colocando a carga da escola a formação moral e ética de seus filhos, esquecem que em média, os alunos ficam quatro

horas do dia na escola, o resto das vinte e quatro horas passam com eles num contínuo aprendizado cultural moral e social, ou seja, mesmo que se trabalhem valores dentro dos princípios sociais de ética moral, solidariedade, respeito às diferenças, amor ao próximo, inclusão e valorização da vida, ainda sim, a família tem papel primordial na formação moral e ética de seus filhos.

3 Qual a legislação referente à escola, aluno e educação?

A educação é assegurada por Lei, todas fazendo referência à família como organismo fundamental para a educação dos filhos. Nos Art. 205; 206; 208; Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família; Todos pela Educação com a colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica; igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Todas com alterações constitucionais.

4 Quais as transformações ocorridas ao longo do tempo?

A educação, assim como a vida sociocultural dos sujeitos adquiriu novos conceitos e percepções sociais. Não se concebe na atualidade, um ensino-aprendizado com os velhos paradigmas, a pesar de ainda nos depararmos com situações retrógradas, mas são casos isolados, não se configuram diante do novo modelo educacional que visa o aluno como sujeito que já tem uma bagagem de conhecimentos adquiridos no seio da família e no meio sociocultural no qual são inseridos. A escola tem que acompanhar a evolução dos tempos. Vive-se num mundo onde a juventude tem seu espaço garantido, são co-autores de sua história e de suas realizações. São protagonistas na educação e na sociedade.

5 A questão de violência escolar está relacionada às transformações do sistema educacional ao longo da história?

A violência é uma realidade cruel. Saber como ela começou, é impossível, mas podem-se citar diversos fatores com os quais se interligam a violência, dentre eles, há a questão do meio sociocultural, ausência da família, visto que esta na atualidade, especialmente a mãe,

fica mais tempo fora em busca do sustento dos filhos do que em casa, coisa que no passado, a mulher se dedicava mais ao lar e aos filhos, a questão das drogas que infelizmente tem acesso garantido nas áreas de risco, como também, em varias comunidades carentes que aliciam os jovens para a venda levando-os ao consumo e, conseqüentemente, provoca distúrbios psicológicos, tendo como um dos fatores, a agressividade. A questão é complexa e não se podem definir como verdade absoluta as causas da violência. O sistema educacional tem se transformado para o melhor na perspectiva do aluno, de inseri-lo no contexto socioeconômico com igualdade de condições sociais. Portanto, a violência não está relacionada à transformação da educação, provavelmente, ao contexto sociocultural e econômico dos alunos em suas individualidades.

- 6 Com o novo modelo de educação, quais são as ações desenvolvidas para detectar e eliminar a violência escolar?

A escola desenvolve projetos de prevenção, como também de cidadania como mecanismo de sociabilidade, respeito, inclusão e conscientização. Os projetos já desenvolvidos tiveram resultados positivos, como: o eleitor do futuro; termômetro de risco e proteção das drogas; palestras sobre relações humanas; contação de história como incentivo a prática do bem; oficinas de Artes: dança, música, poesia, literatura de cordel e no laboratório de informática: desenvolvimento de sites com diversos temas educacionais como incentivo a arte, a socialização, ao raciocínio lógico matemático, a leitura e escrita.

- 7 Houve algum caso de violência grave entre alunos, alunos e professores? Que medidas foram tomadas?

Os casos de violências ocorridos, com a ajuda dos pais e do corpo docente, tiveram solução satisfatória, com exceção de um caso onde o aluno ameaçou de morte a um professor da rede que também era policial, sendo assistido judicialmente e, reincidente foi levado a Delegacia da Criança e do Adolescente. Outro caso foi à transferência de uma aluna a pedido da família por ter sofrido agressão física na saída da escola, a mesma já vinha sendo hostilizada dentro da escola. Em todos os casos, tem-se o cuidado de dialogar com o aluno e sua família em conjunto com abordagem para o respeito, a solidariedade e amor à vida e ao semelhante.

8 Os alunos se sentem seguros frente às questões de violência?

A maioria tem consciência dessa questão social e evitam os conflitos, mas sempre tem os que se sentem perseguidos e travam intrigas entre si, mas tem-se o cuidado de detectar para evitar maiores consequências. No entanto, os conflitos fora dos muros da escola são inevitáveis, pois não se tem o controle das ações dos alunos quando estes estão fora da escola. Recentemente, na noite de domingo, dias das mães do ano corrente, um aluno de 15 anos foi morto a tiro por outro com idade equivalente na comunidade onde morava. Os motivos não foram esclarecidos. Diante desse contexto, muitos se resguardam evitando os confrontos. O aluno é trabalhado para não revidar agressões e, levar todo e qualquer problema entre eles, dentro como fora da escola, à coordenação.

9 Qual a visão do aluno sobre a qualidade da escola?

Acredita-se que eles gostem, pois a maioria é bem relacionada entre si. São em sua maior parte, vizinhos e mora na mesma comunidade.

Tem alguns que vem de outros bairros, por acreditarem que a escola em questão é melhor do que a que fica na comunidade onde moram. De modo geral, acreditam que saindo da escola que fica na comunidade, conseguem melhor resultado no aprendizado. Segundo explicação dos pais, no ato da matrícula.

10 Qual a importância, segundo sua percepção, dos estudos para os alunos?

Percebe-se que a maioria não tem consciência sobre o quanto é importante a educação, o conhecimento para um futuro melhor no tocante a vida socioeconômica. Outros percebem, especialmente, os que já estão no ensino médio, estes desejam ter um futuro melhor em termos econômico, social e cultural. Muitos querem fazer faculdade, dentre estes, alguns conseguem entrar na Universidade na primeira tentativa.

11 Qual é a demanda de alunos matriculados e evadidos?

Praticamente não há evasão nos turnos manhã e tarde. Nos turnos da noite, em percentuais comparando início do ano letivo, matrícula e assiduidade é em torno de setenta por cento (70%). O que segura à permanência das turmas é a abertura ao longo do ano letivo para



matrícula de novos alunos. As turmas de Jovens e Adultos (EJA) requerem um olhar aprimorado, com incentivos e projetos que os proporcionem satisfação em estar na escola, pois, a maioria desiste antes mesmo de finalizar o primeiro semestre, sendo esse grupo o de maior evasão ao longo do ano letivo.

### **Síntese das Questões**

Alunos, família.

1 O que é a escola na concepção atual dos alunos?

A escola é um lugar para aprender e ter formação para conseguir um bom trabalho no futuro.

2 Quais são os problemas no dia-a-dia da escola?

Às vezes os colegas querem brigar, mas não é sempre. A merenda é muito ruim, mas tem alunos que gostam. Os que têm dinheiro para comprar lanches não podem porque é proibido qualquer pessoa vender lanche aos alunos durante o período que estão na escola. Os alunos que não comem a merenda servida na escola têm que trazer o lanche de casa ou comprar antes da entrada no colégio e, só podem comer na hora do intervalo. Outra realidade é que a maioria gosta da refeição servida no horário da merenda e, os que querem comprar suas merendas: bombons, biscoitos, salgados, doces, sorvetes, tem a liberdade de comprar dos vendedores que ficam fora dos portões da escola, estes vendedores são fiscalizados pela coordenação para que não causem problemas de saúde aos alunos por conta dos produtos que vendem.

3 O senhor/a senhora conhece a legislação referente à escola, aluno e educação? Sabem quais são seus direitos e deveres para com a escola e seus filhos?

A maioria desconhece por completo os direitos constitucionais que garante o ensino de qualidade, gratuito, inclusivo e participativo, como os deveres frente a escola e a educação de seus filhos. Muitos têm vergonha de pedir para entrar na escola para ir até a sala de estudo dos filhos para ver como estão. Quando querem falar com os filhos, mandam recados por acreditarem que não tem direito de entrar na escola. A queixa relevante de alguns pais é no atendimento, dizem que ficam muitas vezes esperando a boa vontade dos

que estão na secretaria quando querem algum documento ou informação. Recentemente uma mãe ficou quase uma hora esperando para saber se a carteira de estudante de seu filho estava pronta, se havia chegado à escola. Outro caso, foi no atendimento pelo núcleo gestor, ficou muito tempo esperando e quando finalmente, conseguiu entrar na sala da coordenação, a diretora simplesmente saiu dizendo que estava com pressa e que a coordenadora resolvia, no entanto, segundo relatos da entrevistada, a coordenadora falou que só quem podia resolver o problema dela era a diretora. Muitas outras queixas nesse contexto foram relatadas.

- 4 Quais as transformações ocorridas ao longo do tempo na escola? O senhor/a senhora tem percebido as transformações na educação?

Muita coisa mudou. Os alunos já não respeitam nem os pais, quanto mais os professores. No tempo em que o professor tinha moral na sala de aula, os meninos aprendiam mais, mesmo os mais danados, muitos se arrumaram na vida, se formaram e se tornaram homens de bem. Hoje a coisa tá sem lei, sem limites. Os professores parece é que têm medo dos alunos e acabam não impondo regras. A educação mudou foi para dar muita liberdade ao aluno e deixando de educar de verdade. Além de tudo, os alunos que querem realmente aprender, são prejudicados pelos que fazem bagunça na sala de aula e a direção não faz nada, deixa os que não querem nada prejudicar os que querem, podendo deixar no colégio só os alunos que verdadeiramente querem estudar. Estes são relatos na íntegra dos pais entrevistados.

- 5 A questão de violência escolar está relacionada às transformações do sistema educacional ao longo da história?

A violência está em toda parte, não só na escola, mas se a escola tirasse os maus alunos, aqueles que só vem brigar e roubar os colegas, talvez diminuísse a violência na escola. Segundo relatos do entrevistado.

Na sua maioria, os pais acreditam que a violência vem da rua para a escola e, que os alunos considerados “problema” deveriam ter um lugar próprio para eles estudarem, onde eles pudessem ser reeducados para o convívio adequado com os alunos de bom comportamento. Há casos de alunos que saíram da escola por terem sido agredidos na

saída do colégio, ficando na instituição de ensino os que provocaram as brigas e a agressão física. “É que os direitos das crianças e dos adolescentes” – Estatuto da Criança e do Adolescente garante a permanência dos alunos “problemas” na escola.

- 6 Houve algum caso de violência grave entre alunos, alunos e professores? Que medidas foram tomadas?

Tem muitos casos, quase todos terminam bem, o mais grave foi presenciado por alunos na saída do colégio, na praça que fica em frente, quando dois alunos brigando, chegaram outros para interferir, acabando com encaminhamento de alguns a delegacia da criança e do adolescente e outros muito machucados. Outro caso foi a transferência de um aluno que ameaçou o professor de morte.

- 7 Você se sente seguro frente às questões de violência? Que tipo de orientação você recebe dos seus pais sobre a violência escolar?

Os alunos, em sua maioria, têm medo. Dizem que só andam com os colegas de confiança e que se protegem, vão e voltam juntos para a escola e evitam discutir com os que eles consideram “brigões”. Os pais aconselham a evitar todo e qualquer tipo de discussão e pede aos filhos que contem tudo que acontecer na escola. Que não confiem em desconhecido e que não se misture com os alunos “danados”, os maus comportados.

- 8 Você já teve vontade de sair da escola? Por quê?

Alguns disseram que não, outros que sim, por conta de alguns colegas que implicavam muito com eles. Um grupo afirmou que gostaria de estudar numa escola particular, porque achava que o ensino deveria ser muito melhor e que tinham muitos professores que não se importavam muito com eles.

- 9 Qual a importância do professor na escola? Existe algum que você não gosta, por quê?

Todos disseram que o professor é muito importante, sem ele não teria ensino. No entanto, a maioria tinha queixas contra os professores, disseram que a de matemática era a mais chata, passava muito exercício, outros que a professora de história falava muito, era uma

matéria muito chata. As queixas de maior relevância foi no tocante a empatia, todos disseram que professor x ou y não gostava deles, que se sentiam rejeitados e prejudicados porque os ditos professores não tiravam as dúvidas na hora em que eles perguntavam.

10 Qual a relação que você gostaria de ter com os professores?

A maioria gostaria de receber amor, carinho, compreensão, queriam que o professor fosse mais dedicado a eles, que deveria ter mais paciência, pois muitos não conseguem acompanhar os conteúdos das diversas disciplinas. Que eles gostam de abraçar o professor por quem tem carinho e adoram quando eles retribuem. Para muitos, especialmente para os pequenos, Ensino Fundamental II, o professor é um deus, um exemplo de sabedoria. Percebe-se que tudo que eles querem, é ver no professor uma espécie de pai e mãe.

## Apêndice B – Questionário aplicado em escolas Estaduais do Estado do Ceará

### QUESTIONÁRIO APLICADO EM ESCOLAS ESTADUAIS DO ESTADO CEARÁ

Percepção acerca das condições em que se encontra a escola no tocante ao desenvolvimento educacional e as questões de violência escolar.

**Nota: as perguntas neste questionário não têm o conceito de certo ou errado. Todas as alternativas podem ser assinaladas de acordo com a sua percepção/conhecimento.**

#### NÚCLEO GESTOR

- 1 O que é a escola na concepção atual dos profissionais da educação?
  - a)  A escola é um espaço de interação, de relações sociais que propicia a troca de vivências prévias.
  - b)  É fundamentalmente, o lugar do ensino-aprendizagem, da transformação do sujeito em um ser social capacitado para exercer sua cidadania dentro dos princípios morais, éticos e profissionais.
  - c)  É o lugar que ensina o aluno a reconhecer direitos e deveres cidadãos.
  - d)  É o lugar de conscientização humana e, o meio de difusão dos conhecimentos técnicos, socioeconômico englobado na tecnologia como ferramenta de inserção dos sujeitos ao mundo globalizado e tecnológico.
  
- 2 Quais são os problemas no dia-a-dia da escola?
  - a)  Os problemas são muitos, dentre os de maior preocupação está na falta de acompanhamento dos pais e responsáveis dos alunos.
  - b) Quando os pais são convocados para informá-los dos problemas causados pelos filhos eles comparecem. Sim  Não
  - c)  Agressividades dos alunos, falta de respeito aos professores
  - d)  De forma geral, as famílias estão colocando a carga da escola a formação moral e ética de seus filhos
  
- 3 Qual a legislação referente à escola, aluno e educação?
  - a)  A educação é assegurada por Lei, todas fazendo referência a família como organismo fundamental para a educação dos filhos.
  - b)  Nos Art. 205; 206; 208; Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Assegura que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família; Todos pela Educação com a colaboração, das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica.
  - c)  Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
  - d)  Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
  
- 4 Quais as transformações ocorridas ao longo do tempo?
  - a)  A educação, assim como a vida sociocultural dos sujeitos adquiriu novos conceitos e percepções sociais.

- b)  O aluno passou a ser visto como sujeito que já tem uma bagagem de conhecimentos adquiridos no seio da família e no meio sociocultural no qual são inseridos.
- c)  A escola tem que acompanhar a evolução dos tempos, logo transformou-se dando abertura ao protagonismo juvenil
- d)  Vive-se num mundo onde a juventude tem seu espaço garantido, são co-autores de sua história e de suas realizações. São protagonistas na educação e na sociedade.
- 5 A questão de violência escolar está relacionada às transformações do sistema educacional ao longo da história?
- a)  A violência é uma realidade cruel. Saber como ela começou, é impossível.
- b)  acredita-se que não, outras causas podem ser fatores com os quais se interligam a violência, dentre eles, há a questão do meio sociocultural, ausência da família, drogas.
- c)  A questão é complexa e não se podem definir como verdade absoluta as causas da violência. O sistema educacional tem se transformado para o melhor na perspectiva do aluno, de inseri-lo no contexto socioeconômico com igualdade de condições sociais.
- d)  A violência não está relacionada à transformação da educação, provavelmente, ao contexto sociocultural e econômico dos alunos em suas individualidades.
- 6 Com o novo modelo de educação, quais são as ações/projetos desenvolvidas para detectar e eliminar a violência escolar?
- a)  A escola desenvolve projetos de prevenção, como também de cidadania como mecanismo de sociabilidade, respeito, inclusão e conscientização.
- b)  Ainda não foram desenvolvidos projetos no foco da violência
- c) O eleitor do futuro ( ); termômetro de risco e proteção das drogas ; palestras sobre relações humanas ( ); contação de história como incentivo a prática do bem ; oficinas de Artes: dança, música, poesia, literatura de cordel ( ) \_\_\_\_\_
- d)  Laboratório de informática: desenvolvimento de sites com diversos temas educacionais como incentivo a arte, a socialização, ao raciocínio lógico matemático, a leitura e escrita.  
Escreva o nome do projeto que não consta nos itens da questão 6.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 7 Houve algum caso de violência grave entre alunos, alunos e professores? Que medidas foram tomadas?
- a)  Os casos de violências ocorridos, com a ajuda dos pais e do corpo docente, tiveram solução satisfatória, nenhum caso grave.
- b)  Aluno ameaçou de morte a um professor e foi encaminhado a Delegacia da Criança e do Adolescente.
- c)  Transferência de aluno por agressão física a colegas ( ) a professor ( )
- d)  Em todos os casos, tem-se o cuidado de dialogar com o aluno e sua família em conjunto com abordagem para o respeito, a solidariedade e amor à vida e ao semelhante.

8 Os alunos se sentem seguros frente às questões de violência?

- a)  A maioria tem consciência dessa questão social e evitam os conflitos, mas sempre tem os que se sentem perseguidos e travam intrigas entre si.
- b)  Tem-se o cuidado de detectar para evitar maiores conseqüências. No entanto, os conflitos fora dos muros da escola são inevitáveis, pois não se tem o controle das ações dos alunos quando estes estão fora da escola.
- c)  Diante desse contexto, muitos se resguardam evitando os confrontos.
- d)  O aluno é trabalhado para não revidar agressões e, levar todo e qualquer problema entre eles, dentro como fora da escola, à coordenação.

9 Na sua percepção, qual é a visão do aluno sobre a qualidade da escola?

- a)  Acredita-se que eles gostem, pois a maioria são bem relacionados entre si.
- b)  Eles gostam, são colegas, a maioria são vizinhos, moram na mesma comunidade.
- c)  Tem alguns que vem de outros bairros, por acreditarem que a escola em questão é melhor do que a que fica na comunidade onde moram.
- d)  Os que vêm de outros bairros acreditam que o ensino é melhor.

10 Qual a importância, segundo sua percepção, dos estudos para os alunos?

- a)  Percebe-se que a maioria não tem consciência sobre o quanto é importante a educação.
- b)  Os que já estão no ensino médio, estes desejam ter um futuro melhor em termos econômico, vida social e cultural.
- c)  Muitos querem fazer faculdade, dentre estes, alguns conseguem entrar na Universidade.
- d)  Muitos desejam maior conhecimento para um futuro melhor no tocante a vida socioeconômica.

11 Tem algo a acrescentar quanto às questões abordadas?

---

---

---

---

---

---

---

## Apêndice C – Questionário aplicado em escolas Estaduais do Estado do Ceará

### QUESTIONÁRIO APLICADO EM ESCOLAS ESTADUAIS DO ESTADO CEARÁ

Percepção acerca das condições em que se encontra a escola no tocante ao desenvolvimento educacional e as questões de violência escolar.

**Nota: Responda as questões de acordo com seu conhecimento.**

#### ALUNOS

- 1 O que é a escola para você?
  - a)  A escola é um lugar para aprender e ter formação para conseguir um bom trabalho no futuro.
  - b)  A escola é um espaço de interação, de relações sociais que propicia a troca de vivências prévias.
  - c)  É o lugar do ensino-aprendizagem, da transformação do sujeito em um ser social capacitado para exercer sua cidadania dentro dos princípios morais, éticos e profissionais.
  - d)  É o lugar que ensina o aluno a reconhecer direitos e deveres. De conscientização humana e, o meio de difusão dos conhecimentos técnicos, socioeconômico englobado na tecnologia como ferramenta de inserção dos sujeitos ao mundo globalizado e tecnológico.
  
- 2 Quais são os problemas no dia-a-dia da escola?
  - a) Às vezes os colegas querem brigar, mas não é sempre.
  - b) A merenda é muito ruim – sim , não . Tem alunos que gostam – sim , não .
  - c)  Há brigas constantes. Só as vezes . Não tem briga na escola
  - d) Os professores faltam com frequência. Sim , não .
  
- 3 Qual a importância dos estudos para você?
  - a)  é importante a educação para a vida de qualquer pessoa
  - b)  É o meio de ter um futuro melhor em termos econômico, vida social e cultural.
  - c)  é importante porque sem estudo não se consegue ter uma profissão, nem entrar na Universidade.
  - d)  sem educação o ser humano não consegue bom emprego, nem competir com quem tem estudo, por isso é importante estudar.
  
- 4 Você se sente seguro frente às questões de violência? Que tipo de orientação você recebe dos seus pais sobre a violência escolar?
  - a)  Têm medo, não confia nos colegas e a mãe diz para não conversar com estranhos.
  - b)  Tem medo por isso só anda com os colegas de confiança porque se protegem.
  - c)  Os pais dizem para sair do colégio e ir direto para casa.
  - d)  Não se sente seguro, pois na escola tem muitos colegas “brigões”  
 Você tem algo a acrescentar?  
NÃO SO QUE A DIRETORA NÃO LIGA QUANDO O  
COLEGA TOMA A CARTEIRA DA GENTE



- 5 Você já teve vontade de sair da escola? Por quê?
- a)  Não, a escola é boa
  - b)  Sim, por conta de alguns colegas que implicam muito.
  - c)  sim, eu gostaria de estudar numa escolar particular, porque o ensino é melhor
  - d)  sim, tem muito professor que não se importa com as dificuldades enfrentadas com as tarefas.
- 6 Qual a importância do professor na escola? Existe algum que você não gosta, por quê?  
É IMPORTANTE PORQUE SEM PROFESSOR NÃO TEM AULA, A GENTE NÃO APRENDE
- 7 Qual a relação que você gostaria de ter com os professores?  
QUE ELE FOSSE MAIS LEGAL
- 8 Fale sobre seu maior sonho com relação aos estudos  
SER DOUTOR
- 9 Na sua vida, do que você mais sente falta?
- 10 Você já se envolveu em brigas na escola? Por quê?  
JÁ PORQUE ME CHAMARAM DE GAY
- 11 Conhece alguém que já sofreu ou sofre Bullying  
MUITOS
- 12 O que você gostaria de ter na escola? Por quê?

## **ANEXOS**





# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil



SEÇÃO



Ano XLVI Nº 113

Brasília - DF, quarta-feira, 17 de junho de 2009

## Sumário

	PÁGINA
Atas do Poder Judiciário.....	1
Atas do Poder Legislativo.....	2
Atas do Congresso Nacional.....	4
Presidência da República.....	5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.....	6
Ministério da Ciência e Tecnologia.....	12
Ministério da Defesa.....	14
Ministério da Educação.....	14
Ministério da Fazenda.....	16
Ministério da Justiça.....	23
Ministério da Previdência Social.....	29
Ministério da Saúde.....	29
Ministério das Comunicações.....	45
Ministério de Minas e Energia.....	46
Ministério do Desenvolvimento Agrário.....	59
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.....	61
Ministério do Esporte.....	62
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....	62
Ministério do Trabalho e Emprego.....	63
Ministério do Turismo.....	68
Ministério dos Transportes.....	68
Ministério Público da União.....	68
Poder Judiciário.....	69

## Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL  
PLENÁRIO

DECISÕES  
Ação Direta de Inconstitucionalidade e  
Ação Declaratória de Constitucionalidade  
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

## Acórdãos

ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.536-8 (1)  
PROCED.: DISTRITO FEDERAL  
RELATORA: MIN. CARMEN LÚCIA  
REQTE.: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - CNTM  
ADVOGOS: XAVIER PEDRO FERREZ DOS PASSOS E OUTROS  
REQDO.: PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
REQDO.: CONGRESSO NACIONAL

TABELA DE PREÇOS DE JORNALS AVULSOS		
Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R\$ 0,30	R\$ 1,80
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 2,50
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 2,60
de 160 a 250	R\$ 1,50	R\$ 3,00
de 254 a 300	R\$ 3,00	R\$ 4,50

-Acima de 500 páginas o preço do tabelado mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,5/107

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, não conheceu do pedido quanto ao artigo 20, inciso II, §§ 1º, 2º, 3º e 6º, e artigo 21, § 1º, julgando improcedente a ação quanto ao artigo 20, inciso I, todos da Lei nº 8.880, de 27.5.1994. Voto do Presidente, Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Assentes, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Presidente), em representação do Tribunal no exterior; e a Senhora Ministra Ellen Gracie (Relatora), 15.04.2009.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 20, INC. I E II, §§ 1º, 2º, 3º E 6º, E 21, § 1º, DA LEI N. 8.880/1994, PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA, SISTEMA MONETÁRIO NACIONAL, CONVERSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO EM UNIDADE REAL DE VALOR - URV, MANUTENÇÃO DE SEU VALOR REAL.

1. Impossibilidade de arguição genérica da inconstitucionalidade de dispositivos legais. Ação não conhecida quanto aos arts. 20, inc. II, §§ 1º, 2º, 3º e 6º e 21, § 1º, da Lei n. 8.880/1994, porque a Autora não explicitou as normas pelas quais as normas apontadas estariam a contrariar a Constituição da República.

2. Inexistência do exame da constitucionalidade do art. 21, § 1º, da Lei n. 8.880/94 porque análise demandaria o cotejo entre o seu conteúdo e a interpretação conferida às Leis n. 8.212/1991 e 8.213/1991.

3. Constitucionalidade do convênio de benefícios previdenciários em Unidade de Valor Real - URV. Inocorrência de afronta aos princípios do direito adquirido (art. 5º, inc. XXXVI), da preservação do valor real dos benefícios (art. 201, § 4º) e da sua irredutibilidade (art. 194, inc. IV), Precedentes.

4. Ação Direta de Inconstitucionalidade parcialmente conhecida e, nessa parte, julgada improcedente.

ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.466-2 (2)  
PROCED.: DISTRITO FEDERAL  
RELATOR: MIN. MENEZES DIREITO  
REQTE(S): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
ADVOG(A/S): PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
ADVOG(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO  
REQDO(A/S): CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta. Voto do Presidente, Ministro Cezar Peluso (Vice-Presidente). Assente, justificadamente, porque em representação do Tribunal no exterior, o Senhor Ministro Gilmar Mendes (Presidente). Plenário, 29.10.2008.

EMENTA  
Ação direta de inconstitucionalidade. Art. 2º, IV, "a", "b" e "c", da Lei nº 10.779/03. Filiação à colônia de pescadores para habilitação ao seguro-desemprego. Princípios da liberdade de associação e da liberdade sindical (arts. 5º, XX, e 8º, V, da Constituição Federal).

1. Viola os princípios constitucionais da liberdade de associação (art. 5º, inciso XX) e da liberdade sindical (art. 8º, inciso V), ambos em sua dimensão negativa, a norma legal que condiciona, ainda que indiretamente, o recebimento do benefício do seguro-desemprego à filiação do interessado a colônia de pescadores de sua região.  
2. Ação direta julgada procedente.

ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.999-7 (3)  
PROCED.: DISTRITO FEDERAL  
RELATOR: MIN. JOAQUIM BARBOSA  
REQTE(S): PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC  
ADVOG(A/S): VITOR JORGE ABRAHAM NÖGGERE E OUTRO(A/S)  
REQDO(A/S): TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, supere a preliminar de conhecimento, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que se manifestou pela inadmissibilidade da ação entendendo não se tratar de ato normativo abstrato-outorgado do Tribunal Superior Eleitoral. No mérito, o Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta e declarou a constitucionalidade da resolução impugnada, nos termos do voto do relator, vencidos os Senhores Ministros Eros Grau e Marco Aurélio. Voto do Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza e, pela Advocacia-Geral da União, o Ministro José Antônio Dias Toffoli. Plenário, 12.11.2008.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL 22.610/2007 E 22.733/2008. DISCIPLINA DOS PROCEDIMENTOS DE JUSTIFICAÇÃO DA DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA E DA PERDA DO CARGO ELEITIVO. FIDELIDADE PARTIDÁRIA.

1. Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra as Resoluções 22.610/2007 e 22.733/2008, que disciplinam a perda do cargo eletivo e o processo de justificação da desfiliação partidária.

2. Síntese das violações constitucionais alegadas.  
Alegada contrariedade do art. 2º da Resolução ao art. 121 da Constituição, que ao atribuir a competência para examinar os pedidos de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária ao TSE e aos Tribunais Regionais Eleitorais, teria contrariado a reserva de lei complementar para definição da competência de Tribunais, Juntas e Juntas Eleitorais (art. 121 da Constituição).  
Suposta usurpação de competência do Legislativo e do Executivo para dispor sobre matéria eleitoral (arts. 22, I, 48 e 84, IV da Constituição), em virtude de o art. 1º da Resolução disciplinar de maneira inovadora a perda de cargo eletivo.

Por estabelecer normas de caráter processual, como a forma do pedido inicial e das provas (art. 3º), o prazo para a resposta e as consequências da revelia (art. 3º, caput e par. ún.), os requisitos e direitos da defesa (art. 5º), o julgamento antecipado da lide (art. 6º), a disciplina e o ônus da prova (art. 7º, caput e par. ún., art. 8º), a Resolução também teria violado a reserva prevista nos arts. 22, I, 48 e 84, IV da Constituição.

Além disso, segundo os requerentes, o texto impugnado discrepava da orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal nos precedentes que inspiraram a Resolução, na que se refere à atribuição ao Ministério Público eleitoral e ao terceiro interessado para, ante a omissão do Partido Político, postular a perda do cargo eletivo (art. 1º, § 2º). Para eles, a criação de nova atribuição ao MP por resolução dissociava-se da necessária reserva de lei em sentido estrito (arts. 128, § 5º e 129, IX da Constituição). Por outro lado, o suplente não estaria autorizado a postular, em nome próprio, a aplicação da sanção que assegura a fidelidade partidária, uma vez que o mandato "potestativo" ao Partido.

Por fim, dizem os requerentes que o ato impugnado invadira competência legislativa, violando o princípio da separação dos poderes (arts. 2º, 60, §4º, III da Constituição).

3. O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento dos Mandados de Segurança 26.692, 26.693 e 26.694 reconheceu a existência do dever constitucional de observância do princípio da fidelidade partidária. Resulta do entendimento então manifestado pelo ministro-relator:

4. Não faria sentido a Corte reconhecer a existência de um direito constitucional sem prever um instrumento para assegurá-lo.  
5. As resoluções impugnadas surgem em contexto excepcional e transitório, tão somente como mecanismos para salvaguardar a observância da fidelidade partidária enquanto o Poder Legislativo, órgão legitimado para resolver as questões típicas da matéria, não se pronunciou.

6. São constitucionais as Resoluções 22.610/2007 e 22.733/2008 do Tribunal Superior Eleitoral.

Ação direta de inconstitucionalidade conhecida, mas julgada improcedente.

ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.086-3 (4)  
PROCED.: DISTRITO FEDERAL  
RELATOR: MIN. JOAQUIM BARBOSA  
REQTE(S): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA  
REQDO(A/S): TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, supere a preliminar de conhecimento, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, que se manifestou pela inadmissibilidade do ação entendendo não se tratar de ato normativo abstrato-outorgado do Tribunal Superior Eleitoral. No mérito, o Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta e declarou a constitucionalidade da resolução impugnada, nos termos do voto do relator, vencidos os Senhores Ministros Eros Grau e Marco Aurélio. Voto do Presidente, Ministro Gilmar Mendes. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Procurador-Geral da República Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza e, pela Advocacia-Geral da União, o Ministro José Antônio Dias Toffoli. Plenário, 12.11.2008.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL 22.610/2007 E 22.733/2008. DISCIPLINA DOS PROCEDIMENTOS DE JUSTIFICAÇÃO DA DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA E DA PERDA DO CARGO ELEITIVO. FIDELIDADE PARTIDÁRIA.

1. Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada contra as Resoluções 22.610/2007 e 22.733/2008, que disciplinam a perda do cargo eletivo e o processo de justificação da desfiliação partidária.



1. Síntese das violações constitucionais arguidas. Alegada contrariedade do art. 2º da Resolução ao art. 121 da Constituição, que se atribui a competência para examinar os pedidos de perda de cargo eletivo por infidelidade partidária ao TSE, e aos Tribunais Regionais Eleitorais, teria contrariado a reserva de lei complementar para definição das competências do Tribunal, Juizes e Juntas Eleitorais (art. 121 da Constituição).

Suspeita usurpação de competência do Legislativo e do Executivo para dispor sobre matéria eleitoral (arts. 22, I, 48 e 84, IV da Constituição), em virtude de o art. 1º da Resolução disciplinar de maneira inovadora a perda do cargo eletivo.

Por estabelecer regras de caráter processual, como a forma da petição inicial e das provas (art. 3º), o prazo para a resposta e as consequências da revelia (art. 3º, caput e par. 6º), os requisitos e direitos da defesa (art. 3º), o julgamento antecipado da lide (art. 6º), a disciplina e o teor da prova (art. 7º, caput e par. 6º, art. 8º), a Resolução também teria violado a reserva prevista nos arts. 22, I, 48 e 84, IV da Constituição.

Ainda segundo os requerentes, o texto impugnado discrepa da orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal nos precedentes que inspiraram a Resolução, no que se refere à atribuição ao Ministério Público eleitoral e ao terceiro interessado para, ante a omissão do Partido Político, postular a perda do cargo eletivo (art. 1º, § 2º). Para eles, a criação de nova sanção ao MP por resolução fere-se a necessidade reserva de lei em sentido estrito (arts. 128, § 5º e 129, IX da Constituição). Por outro lado, o supletivo não estaria autorizado a postular, em nome próprio, a aplicação da sanção que assegura a fidelidade partidária, uma vez que o mandato "pertencera" ao Partido.

Por fim, dizem os requerentes que o ato impugnado invade competência legislativa, violando o princípio da separação dos poderes (arts. 2º, 40, §4º, III da Constituição).

3. O Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento dos Mandados de Segurança 26.602, 26.603 e 26.604 reconheceu a existência do dever constitucional de observância do princípio da fidelidade partidária. Resultado do entendimento estão manifestado pelo ministro relator.

4. Não faz sentido a Corte reconhecer a existência de um direito constitucional sem prever um instrumento para assegurá-lo.

5. As resoluções impugnadas surgem em contexto eleitoral e transíbem, tão somente como mecanismos para salvaguardar o observância da fidelidade partidária enquanto o Poder Legislativo, órgão legitimado para resolver as questões típicas da matéria, não se pronunciou.

6. São constitucionais as Resoluções 22.610/2007 e 22.733/2008 do Tribunal Superior Eleitoral.

Ação direta de inconstitucionalidade rejeitada, mas julgada improcedente.

Secretaria Judiciária  
ROSEMARY DE ALMEIDA  
Secretária

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
IMPRESA NACIONAL**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF  
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA  
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA  
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA  
Coordenador-Geral de  
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO  
Coordenador de Editoração e  
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA  
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ou: dcoj@in.gov.br  
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-600, Brasília - DF  
CNPJ: 04.196.645/0001-00  
Fone: 0800 725 6787

**Atos do Poder Legislativo**

**LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinâmico Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que propaga pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelas Escolas, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma gratuita, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitam de atenção específica e aquelas que se encontram em vulnerabilidade social;

Art. 3º A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas ao atendimento dos direitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Art. 5º Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 206 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei.

§ 1º A transferência dos recursos financeiros, objetivando a execução do PNAE, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de contrato, ajuste, acordo ou convênio, mediante depósito em conta corrente específica.

§ 2º Os recursos financeiros de que trata o § 1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios.

§ 3º Os saldos dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE existentes em 31 de dezembro deverão ser repassados para o exercício subsequente, com esta observância ao objeto de sua transferência, nos termos disciplinados pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

§ 4º O montante dos recursos financeiros de que trata o § 1º será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados na educação básica pública de cada um dos entes governamentais, conforme os dados oficiais de matrícula obtidos no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação.

§ 5º Para os fins deste artigo, o critério do FNDE, serão considerados como parte da rede estadual, municipal e distrital, ainda, os alunos matriculados em:

I - creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental e médio qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial;

II - creches, pré-escolas e escolas comunitárias de ensino fundamental e médio conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 6º É facultado aos Estados, no Distrito Federal e aos Municípios repassar os recursos financeiros recebidos à conta do PNAE às unidades executoras dos escolas de educação básica pertencentes à sua rede de ensino, observando o disposto nesta Lei, no que couber.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá normas relativas a critérios de alocação de recursos e valores per capita, bem como para organização e funcionamento das unidades executoras e demais orientações e instruções necessárias à execução do PNAE.

Art. 7º Os Estados poderão transferir a seus Municípios a responsabilidade pelo atendimento aos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino localizados nas respectivas áreas de jurisdição e, nesse caso, autorizar expressamente o repasse direto ao Município por parte do FNDE de correspondente parcela de recursos calculados na forma do parágrafo único do art. 6º.

Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios apresentão ao FNDE a prestação de contas do total dos recursos recebidos.

§ 1º A autoridade responsável pela prestação de contas que inserir os fatos inserir documentos ou declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, será responsabilizada na forma da lei.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios mantêm em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas do concedente, os documentos a que se refere o caput, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei, ainda que a execução esteja a cargo das respectivas escolas, e casuário obrigados a disponibilizá-los, sempre que solicitado, ao Tribunal de Contas da União, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Conselho de Alimentação Escolar - CAE.

§ 3º O FNDE realizará auditorias de aplicação dos recursos nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, a cada exercício financeiro, por sistema de amostragem, podendo requisitar o encaminhamento de documentos e demais elementos necessários para tanto, ou, ainda, delegar competência a outro órgão ou entidade estatal para fazê-lo.

Art. 9º O FNDE, os entes responsáveis pelos sistemas de ensino e os órgãos de controle externo e interno federal, estadual e municipal criará, segundo suas competências próprias ou na forma de rede integrada, mecanismos adequados à fiscalização e ao monitoramento da execução do PNAE.

Parágrafo único. Os órgãos de que trata este artigo poderão celebrar convênios ou acordos, em regime de cooperação, para auxiliar e otimizar o controle do programa.

Art. 10. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar ao FNDE, ao Tribunal de Contas da União, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo da União, ao Ministério Público e ao CAE as irregularidades eventualmente identificadas na aplicação dos recursos destinados à execução do PNAE.

Art. 11. A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta Lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas.

Art. 12. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, visando ao desenvolvimento sustentável e à segurança alimentar e nutricional.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável.

Art. 13. A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes de que trata o art. 2º desta Lei.

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

## Anexo B – Termômetro de risco e proteção para o uso de drogas na rede social do adolescente

### CONVITE

Olá!

A nossa escola está querendo compreender melhor você, adolescente, as suas necessidades e as suas qualidades. Estamos iniciando pelo conhecimento das situações que o colocam em risco e das que o protegem em relação ao envolvimento com drogas. O objetivo é construirmos, juntos, um projeto de prevenção para a nossa escola.

Acreditamos que vocês são os mais interessados na sua própria saúde e bem-estar e, por isso, são os personagens fundamentais para contribuir para esse projeto ser construído de uma maneira interessante e que tenha a ver com a sua realidade. Para concretizar este trabalho, estamos convidando você para participar de uma atividade que se divide em duas etapas.

- Na primeira etapa, você poderá calcular e avaliar o quanto você se encontra em risco e em proteção na sua rede social em relação ao envolvimento com drogas.
- Na segunda etapa vocês estarão buscando juntos o conhecimento sobre a turma e construindo sugestões coletivas para atividades de prevenção do envolvimento com drogas.

A atividade é simples. Siga as instruções e pergunte ao professor, em caso de dúvida.

Para entender melhor este convite, é importante que você saiba:

- a) O Projeto de Prevenção da escola seguirá o enfoque da educação para a saúde e da promoção de redes sociais, porque acreditamos que o envolvimento com drogas não é uma questão apenas do indivíduo, mas tem a ver com suas relações familiares e sociais.
- b) A rede social é o conjunto de pessoas importantes para você atualmente. Pessoas que você pode contar para lhe darem um conselho, um apoio, uma ajuda ou lhe fazer companhia. As redes sociais dos adolescentes podem conter tanto fatores de risco como de proteção para o envolvimento com drogas.
- c) Consideramos drogas todas as substâncias psicotrópicas (atuam no sistema nervoso central e causam dependência) que alteram o comportamento e as emoções, como: o álcool, o tabaco, a maconha, o lança-perfume, a cocaína, etc.

### Importante:

.....

Esta atividade garante seu anonimato pessoal.

Obrigado (a) por sua participação!

Agora você irá responder algumas afirmativas sobre você mesmo e ao final você poderá calcular e avaliar o quanto existe de risco para o envolvimento com as drogas e o quanto você se encontra protegido em cada um dos contextos de sua rede social. Vamos lá?

.....

A seguir você encontrará uma ou mais ações, atividades ou situações que podem ou não fazer parte do seu dia a dia. Leia atentamente cada uma e avalie de que forma elas estão presentes na sua vida. Se na maior parte do tempo ou das situações, a afirmativa for verdade, marque um X em ( ) sim e se na maior parte do tempo ou das situações a afirmativa não for verdade, marque um X em ( ) não. Seja sincero com você e lembre-se de que não há resposta certa ou errada.

Exemplo: A escola conta com o apoio de empresários locais?	( ) Sim	( ) Não	( ) Não sei
Se esta situação ocorre na escola marque com X em "Sim"	(X) Sim	( ) Não	( ) Não sei
Se esta situação não ocorre na escola marque com X em "Não"	( ) Sim	(X) Não	( ) Não sei
Se você não sabe nada a respeito desta situação marque com X em "Não sei"	( ) Sim	( ) Não	(X) Não sei
1. Meus amigos gostam de estudar e têm compromisso com os estudos.	( ) sim	( ) não	1
2. Meus pais sabem exercer a autoridade com carinho	( ) sim	( ) não	2
3. Meus amigos têm projetos de profissão para o futuro.	( ) sim	( ) não	3
4. A minha escola e família estão distantes ou em conflito.	( ) sim	( ) não	4
5. Meus amigos praticam esportes.	( ) sim	( ) não	5
6. Na minha escola os professores são insensíveis aos alunos.	( ) sim	( ) não	6
7. Consigo manter minha opinião própria dentro do meu grupo de amigos.	( ) sim	( ) não	7
8. Minha família confia no meu potencial para vencer na vida.	( ) sim	( ) não	8
9. Meu namorado(a)/ ficante me incentiva a não usar drogas.	( ) sim	( ) não	9
10. Sei que posso confiar em meus amigos.	( ) sim	( ) não	10
11. A escola se preocupa sobre o consumo de drogas entre os alunos.	( ) sim	( ) não	11
12. Sinto que é difícil confiar nos amigos.	( ) sim	( ) não	12
13. Tenho relacionamento próximo com alguém que distribui droga na escola.	( ) sim	( ) não	13
14. Meus amigos são agressivos com pessoas de fora do grupo.	( ) sim	( ) não	14
15. Meus amigos usam drogas.	( ) sim	( ) não	15
16. Meus amigos aprovam o uso de drogas.	( ) sim	( ) não	16
17. Eu sei que posso contar com meus parentes próximos ou distantes.	( ) sim	( ) não	17
18. Sinto-me excluído na minha escola.	( ) sim	( ) não	18
19. Na minha comunidade, as pessoas não se importam umas com as outras.	( ) sim	( ) não	19
20. Sou motivo de desentendimentos ou confusões na minha família.	( ) sim	( ) não	20
21. Os limites e as regras na escola estão claros para mim.	( ) sim	( ) não	21
22. Na minha família tem gente que usa muito álcool, tabaco ou remédio para relaxar.	( ) sim	( ) não	22
23. Participo de atividades que ajudam minha comunidade.	( ) sim	( ) não	23
24. A minha escola realiza bons programas de prevenção sobre as drogas.	( ) sim	( ) não	24
25. Eu respeito os limites e as regras estabelecidas pelos meus pais ou responsáveis.	( ) sim	( ) não	25
26. Meus amigos valorizam o trabalho.	( ) sim	( ) não	26

## Caderno de tarefas do curso de prevenção do uso de drogas

27. As pessoas da minha família cuidam da saúde.	( ) sim ( ) não	27
28. Meus amigos me incentivam a não usar drogas.	( ) sim ( ) não	28
29. Sinto que minha família me ama e se esforça por me ajudar.	( ) sim ( ) não	29
30. Os educadores não se interessam muito pelos alunos e pela escola.	( ) sim ( ) não	30
31. Há violência na minha família	( ) sim ( ) não	31
32. Meus amigos agredem uns aos outros.	( ) sim ( ) não	32
33. A comunidade não se preocupa com a venda de álcool/ tabaco para adolescentes.	( ) sim ( ) não	33
34. Sinto-me influenciado a usar drogas nos lugares que frequento na comunidade.	( ) sim ( ) não	34
35. Meus amigos evitam frequentar ambientes onde existem drogas.	( ) sim ( ) não	35
36. A polícia auxilia na segurança nas redondezas da escola.	( ) sim ( ) não	36
37. Não tem ninguém na minha família que coloque limites para mim e que eu respeite.	( ) sim ( ) não	37
38. Existem traficantes perto de onde eu moro.	( ) sim ( ) não	38
39. Meu namorado(a)/ ficante usa drogas.	( ) sim ( ) não	39
40. Sinto que minha família não tem nada de bom para me oferecer.	( ) sim ( ) não	40
41. Na minha escola existe respeito na relação entre aluno e educador.	( ) sim ( ) não	41
42. Quando preciso, posso contar com serviços de saúde na minha comunidade.	( ) sim ( ) não	42
43. Participo de projetos sociais ou de incentivo ao esporte para o jovem.	( ) sim ( ) não	43
44. Nos locais que frequento na minha comunidade, há incentivo para o uso de drogas.	( ) sim ( ) não	44
45. Nas opções de lazer que existem na minha comunidade há presença de drogas.	( ) sim ( ) não	45
46. Sinto-me próximo dos meus irmãos e/ ou primos.	( ) sim ( ) não	46
47. Sinto-me valorizado e fazendo parte da escola.	( ) sim ( ) não	47
48. Na minha comunidade, há ações de prevenção ao envolvimento com drogas.	( ) sim ( ) não	48
49. Sinto-me protegido no ambiente escolar.	( ) sim ( ) não	49
50. Sou visto como marginal pela escola.	( ) sim ( ) não	50
51. Convivo com colegas que usam drogas dentro da escola.	( ) sim ( ) não	51
52. Onde moro sou visto como marginal.	( ) sim ( ) não	52
53. Na minha comunidade, há boas opções de lazer para o jovem.	( ) sim ( ) não	53
54. Há pessoas na minha família que fazem uso de drogas proibidas por lei.	( ) sim ( ) não	54
55. Na minha comunidade a droga é vendida/ repassada por crianças ou adolescentes.	( ) sim ( ) não	55
56. Sinto-me pressionado a trabalhar ou fazer algo desagradável para ganhar dinheiro.	( ) sim ( ) não	56
57. Na minha comunidade há gangues.	( ) sim ( ) não	57
58. Percebo que na escola as regras funcionam somente para os alunos.	( ) sim ( ) não	58
59. Na minha comunidade há oportunidades para o jovem se expressar e se organizar.	( ) sim ( ) não	59
60. Os conflitos na minha família impedem a comunicação entre as pessoas.	( ) sim ( ) não	60
61. Existe controle da venda de álcool e tabaco para adolescentes na comunidade.	( ) sim ( ) não	61

62. Os alunos reconhecem a autoridade e obedecem aos educadores e funcionários. ( ) sim ( ) não 62
63. Encontro opções de lazer sem drogas em locais da minha comunidade. ( ) sim ( ) não 63
64. Na minha comunidade há palestras e informações sobre drogas. ( ) sim ( ) não 64
65. Tenho oportunidades para realizar curso ou estágio profissionalizantes. ( ) sim ( ) não 65
66. A minha família coopera com minha escola. ( ) sim ( ) não 66
67. Tenho espaço na minha família para dialogar sobre os conflitos. ( ) sim ( ) não 67
68. Eu me sinto pressionado pelos meus amigos a fazer coisas que não quero. ( ) sim ( ) não 68
69. Na minha família, tenho pelo menos uma pessoa com quem eu possa conversar sobre drogas. ( ) sim ( ) não 69
70. Minha família me vê de maneira positiva, tem uma boa imagem de mim. ( ) sim ( ) não 70
71. Meus amigos valorizam e cuidam da saúde. ( ) sim ( ) não 71
72. A minha família é muito rígida e não há possibilidades de negociar as regras. ( ) sim ( ) não 72
73. Sinto-me em risco no ambiente escolar. ( ) sim ( ) não 73
74. Meus amigos acreditam que algumas drogas não fazem mal. ( ) sim ( ) não 74
75. Sinto-me isolado ou solitário na minha família ( ) sim ( ) não 75
76. Meus amigos me valorizam pouco. ( ) sim ( ) não 76
77. Tenho amigos que me incentivam a usar drogas. ( ) sim ( ) não 77
78. Sinto que minha família me vê de forma negativa e está desistindo de mim. ( ) sim ( ) não 78
79. Na minha comunidade, há poucas opções de lazer para o jovem. ( ) sim ( ) não 79
80. Na comunidade, existe um bom controle da venda de drogas ilegais. ( ) sim ( ) não 80



Caderno de tarefas do curso de prevenção do uso de drogas

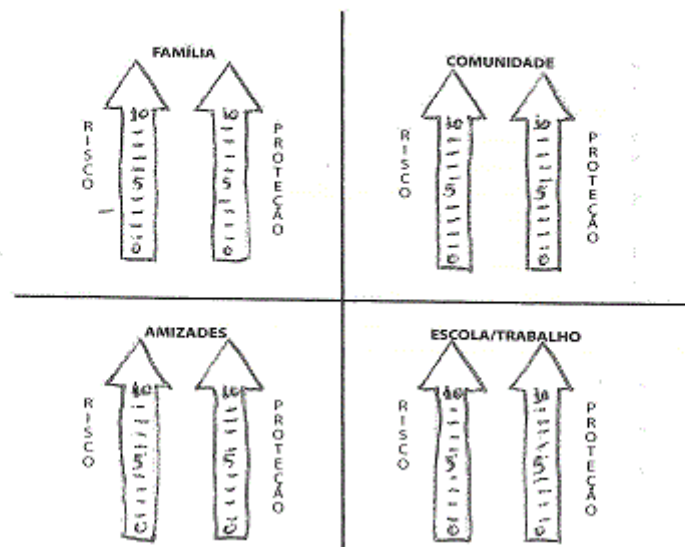
Agora passe as suas respostas para esta folha, circulando os itens seguintes para os quais você marcou "sim". Não circule os itens que você marcou "não". Para cada item circulado some 1 ponto e escreva o resultado.

- Família **Risco**: 20, 22, 31, 37, 40, 54, 60, 72, 75, 78 =
- Família **Proteção**: 2, 8, 17, 25, 27, 29, 46, 67, 69, 70 =
- Escola/Trabalho **Risco**: 4, 6, 13, 18, 30, 50, 51, 56, 58, 7 =
- Escola/Trabalho **Proteção**: 11, 21, 24, 36, 41, 47, 49, 62, 65, 66 =
- Amizades **Risco**: 12, 14, 15, 16, 32, 39, 68, 74, 76, 77 =
- Amizades **Proteção**: 1, 3, 5, 7, 9, 10, 26, 28, 35, 71 =
- Comunidade **Risco**: 19, 33, 34, 38, 44, 45, 52, 55, 57, 79 =
- Comunidade **Proteção**: 23, 42, 43, 48, 53, 59, 61, 63, 64, 80 =

Annex

Primeira etapa: descobrindo se estou em risco e/ou protegido para uso de drogas

Preencha agora os termômetros na rede social com os valores que você calculou para os fatores de risco e proteção para o envolvimento com drogas. Veja o que cada valor encontrado pode significar em relação à sua situação para o uso de drogas:



5

**Segunda Etapa: Conhecendo e debatendo sobre os fatores de risco e proteção mais frequentes na turma**

Hoje iremos conhecer o que você tem em comum com a sua turma, em relação às situações de risco e proteção do uso de drogas, para juntos refletirmos como podemos mudar as situações que incomodam e colocam em risco você e seus colegas, seja na escola, na família, na comunidade ou nas amizades. Juntos também poderemos pensar como aumentar e potencializar as situações que os protegem.

Vamos trabalhar em rede com os colegas, os professores e com a escola para a prevenção do uso de drogas.

Para isso, recupere aquela folha do instrumento que você teve que cortar metade para entregar ao professor. Pegue a outra metade que ficou com você. Veja quais itens você circulou e para eles marque um x na coluna "EU". Por exemplo:

= Família Risco: (20) 22, (31) 37, 40, 54, 60, 72, 75, 78 = 2 pontos

Neste caso, você irá marcar na tabela abaixo o item 20 com um "X" na coluna do "Eu". Em seguida, irá marcar o item 31 com um "X" na coluna do "EU". Por último, escreva o total, no caso 2. Depois de preencher os seus pontos, você irá anotar os pontos da turma e, juntos, vocês conversarão a respeito do que foi observado.

Família: fatores de risco	Eu	Minha turma
20. Sou motivo de desentendimentos ou confusões na minha família.		20
22. Na minha família, tem gente que usa muito álcool, tabaco ou remédio para relaxar.		22
31. Há violência na minha família.		31
37. Não tem ninguém na minha família que coloque limites para mim e que eu respeite.		37
40. Sinto que minha família não tem nada de bom para me oferecer.		40
54. Há pessoas na minha família que fazem uso de drogas proibidas por lei.		54
60. Os conflitos na minha família impedem a comunicação entre as pessoas.		60
72. A minha família é muito rígida e não há possibilidades de negociar as regras.		72
75. Sinto-me isolado ou solitário na minha família.		75
78. Sinto que minha família me vê de forma negativa e está desistindo de mim.		78
<b>TOTAL</b>		
Família: fatores de proteção		
2. Meus pais sabem exercer a autoridade com carinho.		2
8. Minha família confia no meu potencial para vencer na vida.		8
17. Eu sei que posso contar com meus parentes próximos ou distantes.		17
25. Eu respeito os limites e as regras estabelecidas pelos meus pais ou responsáveis.		25
27. As pessoas da minha família cuidam da saúde.		27
29. Sinto que minha família me ama e se esforça por me ajudar.		29
46. Sinto-me próximo dos meus irmãos e/ ou primos.		46
67. Tenho espaço na minha família para dialogar sobre os conflitos.		67
69. Na minha família, tem alguém bem informado sobre as drogas, com quem eu possa conversar.		69
70. Minha família me vê de maneira positiva, tem uma boa imagem de mim.		70
<b>TOTAL</b>		

Caderno de tarefas do curso de prevenção do uso de drogas

Escola/ Trabalho: fatores de risco

4. A minha escola e família estão distantes ou em conflito.	4
6. Na minha escola, os professores são insensíveis aos alunos.	6
13. Tenho relacionamento próximo com alguém que distribui droga na escola.	13
18. Sinto-me excluído na minha escola.	18
30. Os educadores não se interessam muito pelos alunos e pela escola.	30
50. Sou visto como marginal pela escola.	50
51. Convivo com colegas que usam drogas dentro da escola.	51
56. Sinto-me pressionado a trabalhar ou fazer algo desagradável para ganhar dinheiro.	56
58. Percebo que na escola as regras funcionam somente para os alunos.	58
73. Sinto-me em risco no ambiente escolar.	73

TOTAL

Escola/ Trabalho: fatores de proteção

11. A escola se preocupa sobre o consumo de drogas entre os alunos.	11
21. Os limites e as regras na escola estão claros para mim.	21
24. A minha escola realiza bons programas de prevenção sobre as drogas.	24
36. A polícia auxilia na segurança nas redondezas da escola.	36
41. Na minha escola, existe respeito na relação entre aluno e educador.	41
47. Sinto-me valorizado e fazendo parte da escola.	47
49. Sinto-me protegido no ambiente escolar.	49
62. Os alunos reconhecem a autoridade e obedecem aos educadores e funcionários.	62
65. Tenho oportunidades para realizar curso ou estágio profissionalizante.	65
66. A minha família coopera com minha escola.	66

TOTAL

Amizades/ Namoro: fatores de risco

12. Sinto que é difícil confiar nos amigos.	12
14. Meus amigos são agressivos com pessoas de fora do grupo.	14
15. Meus amigos usam drogas.	15
16. Meus amigos aprovam o uso de drogas.	16
32. Meus amigos agredem uns aos outros.	32
39. Meu namorado(a)/ficante usa drogas.	39
68. Eu me sinto pressionado pelos meus amigos a fazer coisas que não quero.	68
74. Meus amigos acreditam que algumas drogas não fazem mal.	74
76. Meus amigos me valorizam pouco.	76
77. Tenho amigos que me incentivam a usar drogas.	77

TOTAL

Amizades/ Namoro: fatores de proteção

1. Meus amigos gostam de estudar e têm compromisso com os estudos.	1
3. Meus amigos têm projetos de profissão para o futuro.	3
5. Meus amigos praticam esportes.	5
7. Consigo manter minha opinião própria dentro do meu grupo de amigos.	7
9. Meu namorado(a)/ ficante me incentiva a não usar drogas.	9

10. Sei que posso confiar em meus amigos.	10
26. Meus amigos valorizam o trabalho.	26
28. Meus amigos me incentivam a não usar drogas.	28
35. Meus amigos evitam frequentar ambientes onde existem drogas.	35
71. Meus amigos valorizam e cuidam da saúde.	71
TOTAL	
Comunidade: fatores de risco	
19. Na minha comunidade, as pessoas não se importam umas com as outras.	19
33. A comunidade não se preocupa com a venda de álcool/ tabaco para adolescentes.	33
34. Sinto-me influenciado a usar drogas nos lugares que frequento na comunidade.	34
38. Existem traficantes perto de onde eu moro.	38
44. Nos locais que frequento na minha comunidade, há incentivo para o uso de drogas.	44
45. Nas opções de lazer que existem na minha comunidade há presença de drogas.	45
52. Onde moro sou visto como marginal.	52
55. Na minha comunidade, a droga é vendida/ repassada por crianças ou adolescentes.	55
57. Na minha comunidade, há gangues.	57
79. Na minha comunidade, há poucas opções de lazer para o jovem.	79
TOTAL	
Comunidade: fatores de proteção	
23. Participo de atividades que ajudam minha comunidade.	23
42. Quando preciso, posso contar com serviços de saúde na minha comunidade.	42
43. Participo de projetos sociais ou de incentivo ao esporte para o jovem.	43
48. Na minha comunidade, há ações de prevenção ao envolvimento com drogas.	48
53. Na minha comunidade, há boas opções de lazer para o jovem.	53
59. Na minha comunidade, há oportunidades para o jovem se expressar e se organizar.	59
61. Existe controle da venda de álcool e tabaco para adolescentes na comunidade.	61
63. Encontro opções de lazer sem drogas em locais da minha comunidade.	63
64. Na minha comunidade há palestras e informações sobre drogas.	64
80. Na comunidade, existe um bom controle da venda de drogas ilegais.	80
TOTAL	